

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 33

ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DO CEARÁ - 2005

*Marcos Costa Holanda**
Antônio Lisboa Teles da Rosa⁺
André Oliveira Ferreira Loureiro•
Annuzia M. P. M. Gosson•
Cláudio André Gondim Nogueira•
Leandro Oliveira Costa•
Victor Hugo de Oliveira Silva•
Vigínia Dantas Soares Teixeira^o
Keyla Christina Albuquerque Lacerda[■]

Fortaleza-CE
Dezembro/2006

-
- * Diretor Geral do IPECE.
 - + Diretor de Estudos Sociais do IPECE.
 - Analista de Políticas Públicas do IPECE.
 - Técnica de Políticas Públicas do IPECE.
 - Analista de Planejamento e Orçamento da SEPLAN.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa – Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PARTE I – RESUMO DOS INDICADORES E CONCLUSÕES	6
PARTE II – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	16
II.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	16
II.2 CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS	25
II.3 SAÚDE	31
II.4 EDUCAÇÃO	39
II.5 TRABALHO E RENDIMENTO	53
II.6 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA	64
II.7 DESENVOLVIMENTO HUMANO	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
ANEXOS	87

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) possui, dentre outras atribuições, a competência de acompanhar o desenvolvimento social e propor políticas públicas que melhorem o nível de bem-estar da população cearense. Os Indicadores Sociais 2005 vem na perspectiva de contribuir para uma adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado, procurando enfatizar suas necessidades básicas, e principalmente a concentração de renda e a pobreza.

Esse estudo utiliza informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas informações foi possível evidenciar as principais transformações sócio-econômicas verificadas nos últimos anos ao nível de Brasil, Nordeste e Ceará. Desta forma, identificou-se os principais indicadores que apontam uma melhora das condições sociais da população cearense, e aqueles que requerem atenção especial dos governantes e dos formadores de políticas públicas.

Portanto, mantendo-se o padrão de análise realizado para a síntese de indicadores sociais 2004, o estudo está dividido em duas partes. Na primeira parte será apresentado um resumo dos indicadores de 2005, incorporando comparações entre Ceará, Nordeste e Brasil. O período de foi escolhido de tal maneira a permitir uma análise de longo (1992-2005), médio (2002-2005) e curto prazo (2004-2005). A segunda parte do estudo se destina a tecer uma análise mais detalhada sobre o comportamento dos indicadores ao longo do tempo. Os seguintes temas são contemplados no estudo: demografia, condição dos domicílios, saúde, educação de jovens e adultos, trabalho e rendimento e, por fim, a concentração de renda e a pobreza.

PARTE I – RESUMO DOS INDICADORES E CONCLUSÕES

De uma forma geral, como mostram os indicadores de saúde, educação e os demais aspectos sociais analisados neste estudo, o Ceará continua reduzindo sistematicamente sua dívida social nos últimos anos.

O Ceará é um Estado relativamente pobre. Em face desta realidade, há muito a se fazer para que os seus indicadores sociais alcancem níveis desejáveis, conforme os padrões internacionais. Entretanto, nesta análise, sobressai-se um ponto muito importante, qual seja, em muitos casos, sua performance foi superior à do Brasil e à do Nordeste.

Desse modo, ao se tomar os indicadores do Brasil como referência, é possível construir uma medida sintética que evidencia se, em termos gerais, o Estado vem se aproximando, de fato, da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e os do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

Relação = (Indicador do Ceará / Indicador do Brasil) x 100%

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

Relação = (Indicador do Brasil / Indicador do Ceará) x 100%

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isso sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil; e, ao longo do tempo, a análise da média das relações evidenciará se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos seguintes indicadores:

IND_01 : Grau de urbanização (↑)

IND_02 : Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (↑)

IND_03 : Prop. de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)

IND_04 : Taxa de mortalidade infantil (↓)

IND_05 : Esperança de vida ao nascer (↑)

IND_06 : Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)

IND_07 : Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)

IND_08 : Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)

IND_09 : Percent. da pop. adulta com pelo menos o 2º grau completo (↑)

IND_10 : Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo (↑)

IND_11 : Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo (↑)

IND_12 : Porcentagem da população ocupada sem rendimentos (↓)

IND_13 : Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimo (↑)

IND_14 : Índice de Gini (↓)

IND_15 : Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da pop. (↓)

IND_16 : Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)

IND_17 : Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)

IND_18 : Renda domiciliar *per capita* real (↑)

IND_19 : Renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres (↑)

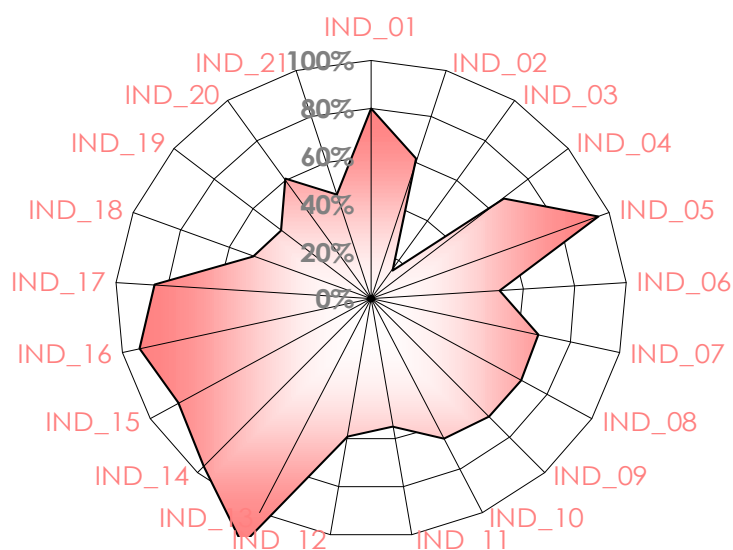
IND_20 : Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (↓)

IND_21 : Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Como consta nos indicadores, ora eles vêm acompanhados por (↑), ora por (↓). Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Em seguida, são apresentados os radares e a média das relações para os anos de 1992, 2004 e 2005.

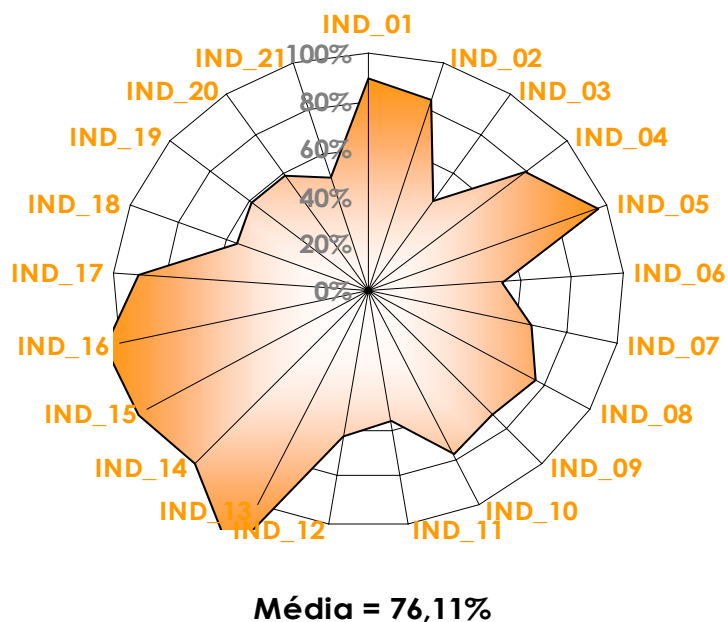
Figura 1: Radar dos Indicadores Sociais – 1992



Média = 68,04%

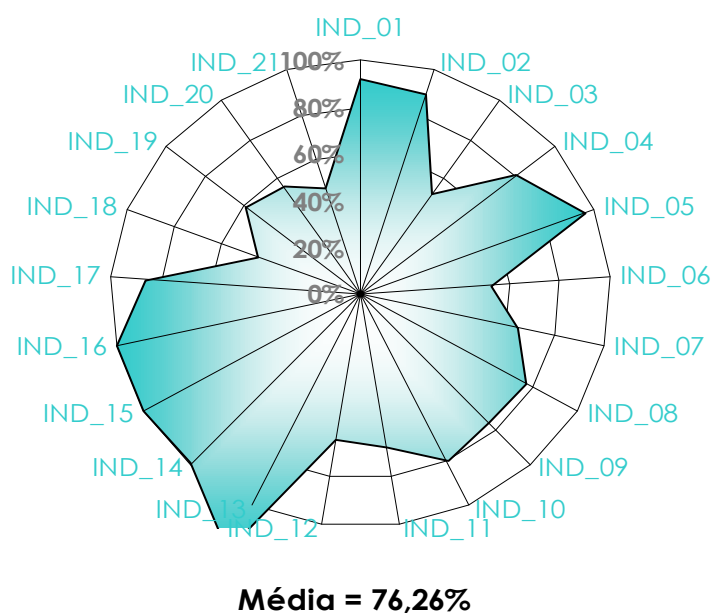
Fonte: IBGE/PNAD.

Conforme a Figura 1, em 1992, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 68,04% da situação brasileira. Da mesma forma, pode-se construir o radar para o ano de 2002. Onde se consta que a situação do Ceará representava, em média, 76,11% da situação brasileira (Figura 2).

Figura 2: Radar dos Indicadores Sociais – 2002

Fonte: IBGE/PNAD.

Já em 2004, o Ceará conseguiu aproximar-se do padrão nacional, como ilustra a Figura 3. No caso, a média das relações foi igual 76,26%, portanto, um valor superior ao de 1992.

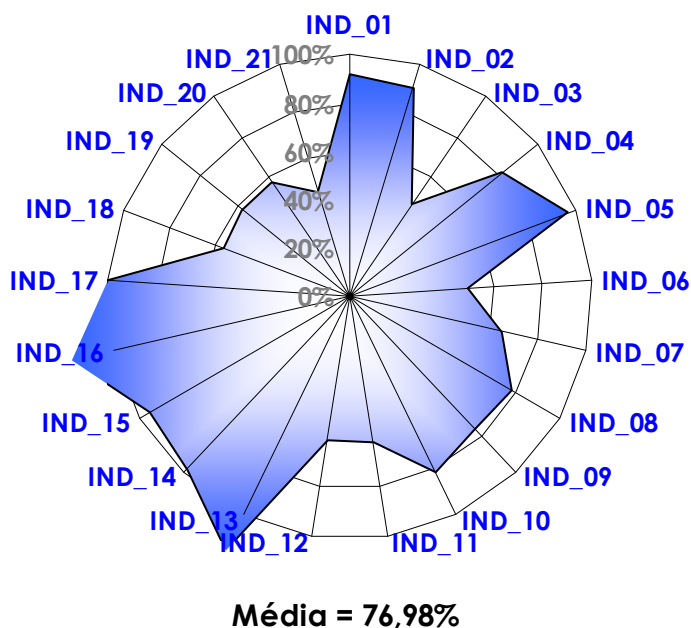
Figura 3: Radar dos Indicadores Sociais – 2004

Fonte: IBGE/PNAD.

Segundo se verifica em 2004, mais indicadores obtiveram relações iguais ou superiores a 100%. São eles: a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Em 2005, o Ceará conseguiu, de fato, aproximar-se mais um pouco do padrão nacional, como ilustra a Figura 4. Neste caso, a média das relações foi igual 76,94%, portanto, um valor superior ao de 2004.

Figura 3: Radar dos Indicadores Sociais – 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Finalmente, como observado, esse avanço também se deu em períodos recentes no Estado do Ceará, uma vez que a média das relações para 2002 foi igual a 76,11%, e, em 2003, foi igual a 76,51%, ou seja, essa média também vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 2002 e 2005, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 21 indicadores contemplados nesse estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2005, possui posição (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 11 indicadores e melhor que o Brasil e o Nordeste em 2.
- No período de 2004 a 2005, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 4 indicadores, melhor que o Brasil em 3, e melhor que o Nordeste em 1.
- No período de 2002 a 2005, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 9 indicadores, melhor que o Brasil em 2 e melhor que o Nordeste em 1.
- No período de 1992 a 2005, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 16 indicadores, melhor que o Brasil em 1 e melhor que o Nordeste em 4.

Assim, tanto se for considerado o longo ou curto-prazo, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando rapidamente no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, que possibilitaram a obtenção dessas conclusões e que, também, foram usados na elaboração das figuras (radares) analisadas anteriormente, são apresentados em uma série de quadros resumo, a seguir.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 1

Valores de 2005

Indicadores		Valores em 2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	75,69	70,75	82,82
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	73,96	73,87	82,32
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	21,82	26,95	48,24
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	33,20	39,50	26,60
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	69,20	68,60	71,70
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	22,60	21,90	11,10
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	44,72	44,80	28,73
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,05	5,04	6,51
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	22,82	22,54	30,37
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	39,58	36,90	48,74
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,08	4,64	8,35
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	18,97	19,71	11,52
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	68,66	67,23	59,06
14	Índice de Gini	0,578	0,570	0,567
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	20,07	19,04	19,31
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,21	14,88	12,91
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	14,21	14,63	14,16
18	Renda familiar <i>per capita</i> real (R\$)*	245,49	247,88	435,61
19	Renda familiar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	58,29	61,02	101,78
20	Proporção de pessoas pobres	54,05	53,75	30,92
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	26,11	24,67	11,69

Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Indicadores ainda não disponíveis para o ano de 2005;

** Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2005.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 2

Variação percentual de 2004-2005

Indicadores		Variação em 2004/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-1,06	-1,05	-0,22
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	-0,30	1,00	0,11
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	-12,02	-2,00	0,50
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,41	-3,30	-3,60
5	Esperança de Vida ao Nascer	0,40	0,40	0,20
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	3,67	-2,23	-2,63
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-2,10	-2,40	-3,14
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	2,23	2,44	1,88
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	3,30	4,26	3,51
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	3,61	3,07	1,97
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	-5,93	-1,28	3,09
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	6,57	2,12	2,86
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	-0,06	2,17	5,28
14	Índice de Gini	0,70	-2,06	-0,53
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	4,42	-6,44	0,31
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	4,25	5,68	-11,70
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-5,24	-6,20	9,79
18	Renda familiar <i>per capita</i> real (R\$)	7,61	5,13	6,07
19	Renda familiar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)	2,72	9,16	5,78
20	Proporção de pessoas pobres	-2,61	-0,06	0,82
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	5,07	0,20	0,52

Fonte: IBGE/ PNAD.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 3

Variação percentual de 2002-2005

Indicadores		Variação em 2002/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,79	0,35	-1,52
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	8,13	4,63	0,39
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	4,90	11,36	3,97
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos - variação de 2002 para 2004)	-8,80	-7,70	-7,20
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos - variação de 2002 para 2004)	3,97	3,95	4,14
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	0,00	-10,25	-5,93
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-7,03	-8,57	-8,79
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	9,78	9,57	6,72
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	18,85	13,84	12,90
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	16,41	16,77	10,27
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	18,14	10,48	8,44
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	1,44	0,05	-1,54
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	4,51	4,56	10,81
14	Índice de Gini	-2,03	-3,39	-3,90
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-4,88	-11,85	-11,83
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	10,22	9,41	-1,45
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-3,99	-10,25	5,67
18	Renda familiar <i>per capita</i> real (R\$)*	-11,55	-11,79	-14,35
19	Renda familiar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	-9,64	-4,96	-6,35
20	Proporção de pessoas pobres	-3,83	-4,87	-5,15
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-0,72	-7,95	-10,76

Fonte: IBGE/ PNAD.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;**
Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro Resumo dos Indicadores Sociais nº 4

Variação percentual de 1992-2005

Indicadores		Variação em 1992/2005		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	21,10	15,60	6,18
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	63,99	33,82	11,85
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	304,07	107,31	24,01
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos - variação de 1992 a 2004)	-50,10	-44,10	-39,90
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos - variação de 1992 a 2004)	9,21	9,38	8,40
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-34,30	-33,03	-35,47
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos	-28,10	-26,68	-31,60
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	48,53	44,00	30,20
9	Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo	81,11	68,21	64,16
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo	101,94	80,00	63,56
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	58,75	45,00	41,53
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-29,22	-16,48	-27,09
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	12,74	12,05	11,43
14	Índice de Gini	-3,67	-3,39	-2,24
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-18,41	-15,00	-9,77
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	23,66	13,59	-2,20
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-8,32	0,21	8,09
18	Renda familiar <i>per capita</i> real (R\$)*	-4,26	-11,33	-15,79
19	Renda familiar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	15,88	2,67	-7,73
20	Proporção de pessoas pobres	-23,44	-20,72	-27,76
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-42,23	-38,94	-43,53

Fonte: IBGE/ PNAD.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

PARTE II – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

II.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

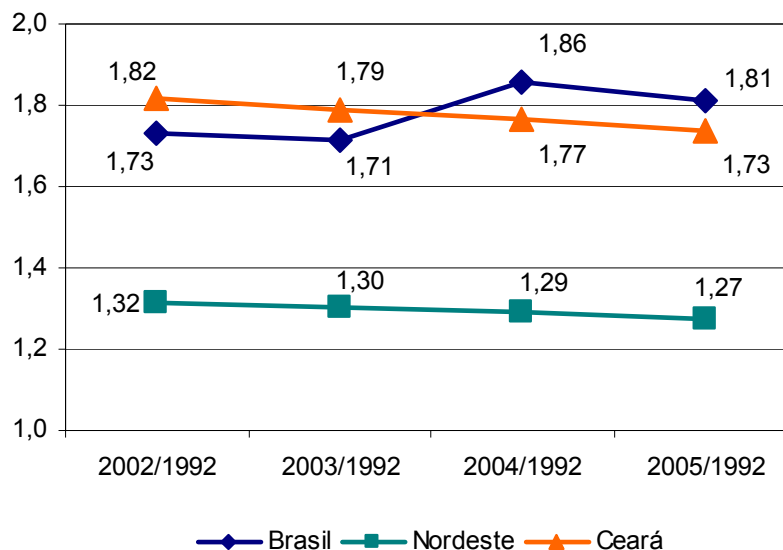
Em 2005, o Estado do Ceará apresentava uma população de 8.106.653 habitantes, representando 15,88% da população do Nordeste e 4,40% da população do Brasil¹, enquanto em 1992, a sua população era igual a 6.482.404 habitantes, representando 14,96% do Nordeste e 4,44 do Brasil. No período, o Ceará cresceu 25,1%, o Nordeste 17,9% e o Brasil 26,3%, indicando que o Ceará cresceu num ritmo mais intenso que o do Nordeste, mas menor que o do Brasil.

De fato, ao serem analisadas as taxas geométricas de crescimento, constatou-se que, no período de 1992 a 2005, a população cearense cresceu, em média, a uma taxa de 1,73% ao ano, contra 1,81% para o Brasil e 1,27% para o Nordeste. No Ceará, a Região Metropolitana de Fortaleza cresceu, em média, a uma taxa de 2,66% no mesmo período, enquanto os municípios do interior tiveram um crescimento bem mais modesto, ou seja, cresceram, em média, 1,15% ao ano. Em termos de situação do domicílio, a zona urbana cresceu entre 1992 e 2005, 3,24% e a zona rural decresceu 1,60%.

Considerando a RMF verifica-se que suas expressivas taxas de crescimento indicam um aumento da concentração da população do Ceará nesta região, tanto que a mesma passou a representar 41,4% da população total do Estado, em 2005, contra os 36,8% verificados em 1992. O crescimento populacional acelerado da RMF durante o referido período deveu-se em parte ao fluxo migratório em direção às maiores cidades do Estado, principalmente àquelas situadas na RMF. Deve-se destacar que este fluxo tem como uma de suas origens a redução da população rural do Estado que mesmo tendo havido uma desaceleração nos níveis de redução ainda não foi suficiente para reverter a alta taxa de urbanização. Essas informações estão disponíveis nos Gráficos 1.1 e 1.2.

¹ Estes dados, assim como as demais informações apresentadas neste texto têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 1992-2002 a 2005.

Gráfico 1.1: Taxa Geométrica de Crescimento da População - Brasil, Nordeste e Ceará (em %) – 1992/2002 a 1992/2005

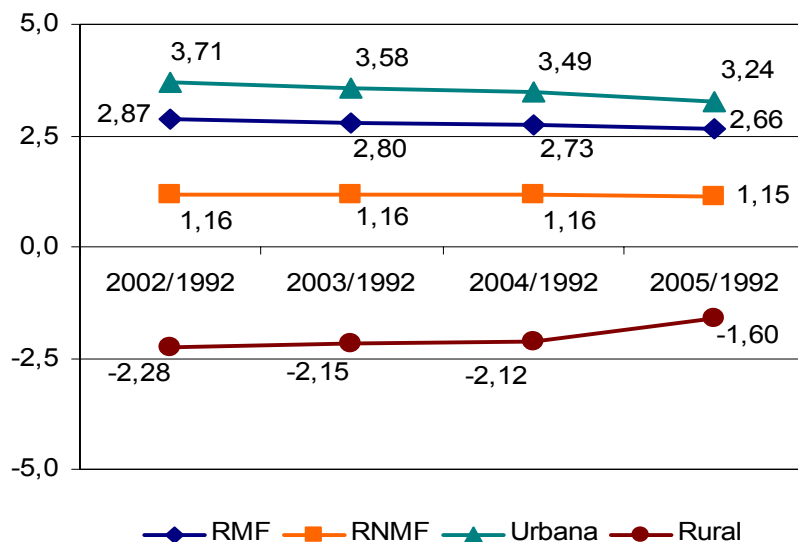


Fonte: PNAD/IBGE.

Deve-se salientar que este fluxo migratório também foi causado em parte pelo deslocamento da população urbana de pequenos municípios localizados nas regiões menos desenvolvidas do Estado. E, finalmente, deve-se considerar ainda que uma parte da população que migra para a RMF tende a não retornar para seus municípios de origem e, portanto, os filhos gerados por estas pessoas serão naturais dos municípios pertencentes à RMF, incrementando ainda mais a sua taxa de crescimento populacional.

Embora as taxas geométricas de crescimento populacional para a RMF e zona urbana do Ceará ainda sejam elevadas tem-se observado que de uma maneira geral, com exceção da zona rural do Ceará, o ritmo de crescimento vem diminuindo.

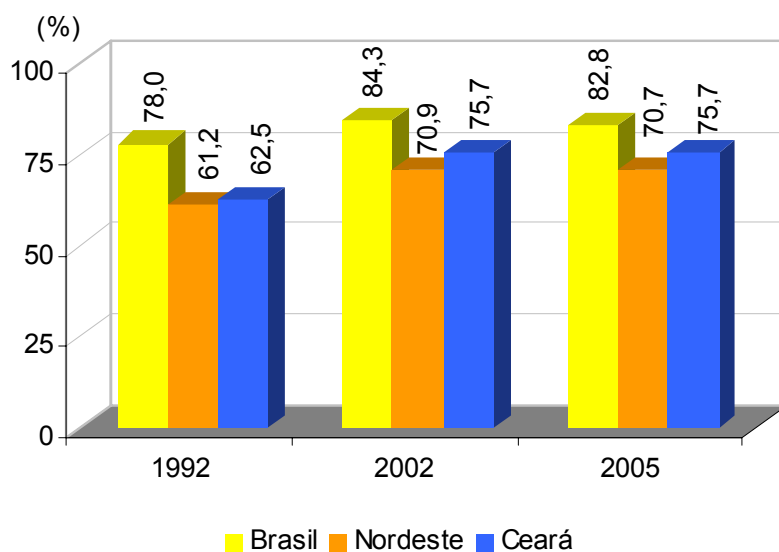
Gráfico 1.2: Taxa geométrica de crescimento da população – região metropolitana e não metropolitana e zonas urbana e rural do Ceará (em %) – 1992/2002 a 1992/2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Este processo refletiu-se claramente no grau de urbanização do Brasil, que passou de 78,0%, em 1992, para 82,8%, em 2005.

Gráfico 1.3: Taxa de Urbanização - Brasil, Nordeste e Ceará (em %) – 1992, 2002 e 2005



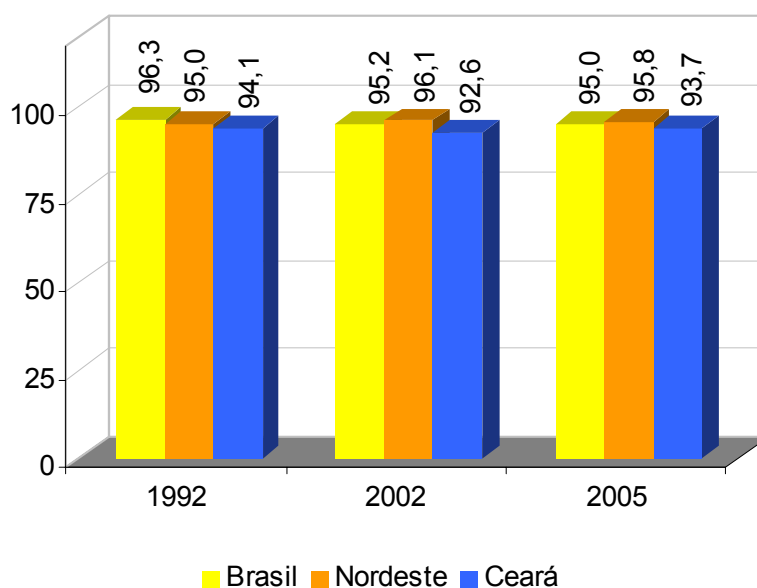
Fonte: PNAD/IBGE.

O Ceará acompanhou a tendência nacional de maior concentração populacional nas zonas urbanas apresentando em 2005 um grau de urbanização igual a 75,7%, maior que o do Nordeste como um todo, que era de 70,8%, mas inferior ao do Brasil igual a 82,8%, conforme ilustra o Gráfico 1.3.

Este processo de urbanização segue um padrão verificado nos países desenvolvidos e em desenvolvimento à medida que as atividades agrícolas vão perdendo participação na Economia, principalmente para o setor de serviços.

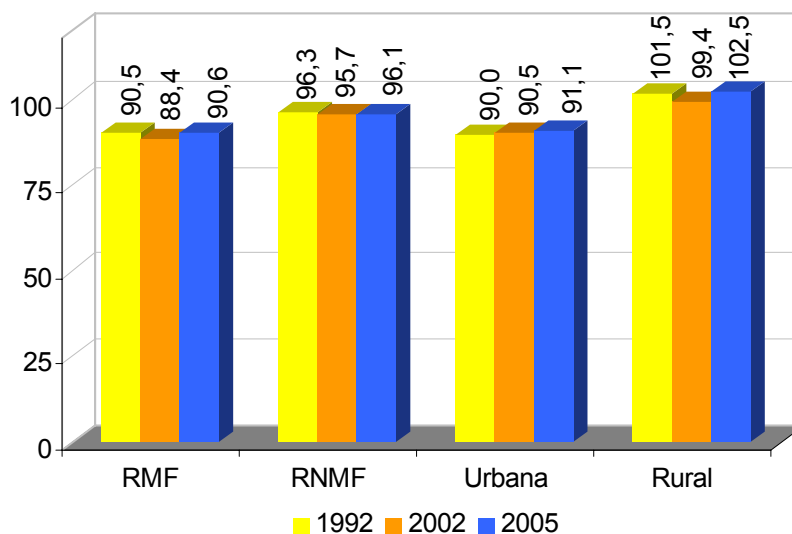
No que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, mantendo a sua participação aproximadamente constante em torno de 51,5% do total ao longo do período 1992-2005. Esta distribuição é bastante similar à do Brasil e do Nordeste, com taxas próximas a 51%.

Gráfico 1.4: Razão de Sexo - Brasil, Nordeste e Ceará e- 1992, 2002 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

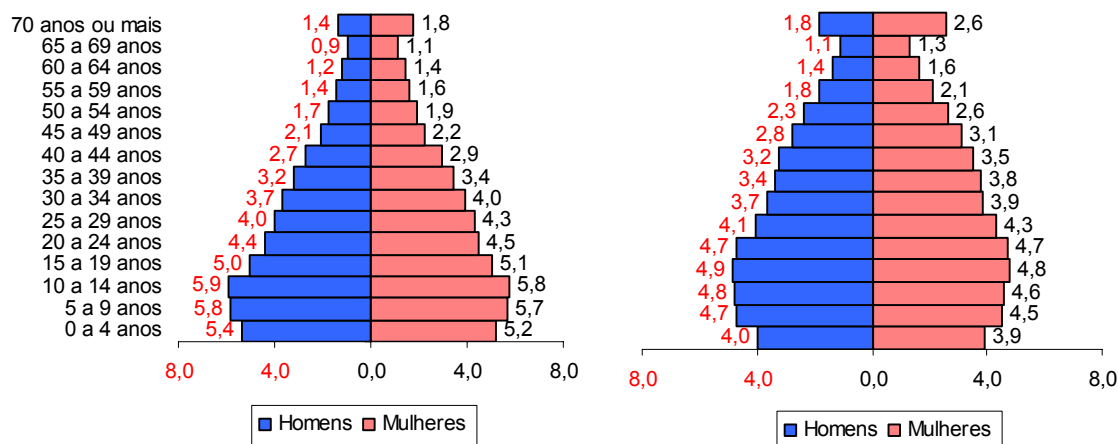
Gráfico 1.5: Razão de Sexo – Região Metropolitana e não Metropolitana e zonas urbana e rural do Ceará– 1992, 2002 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

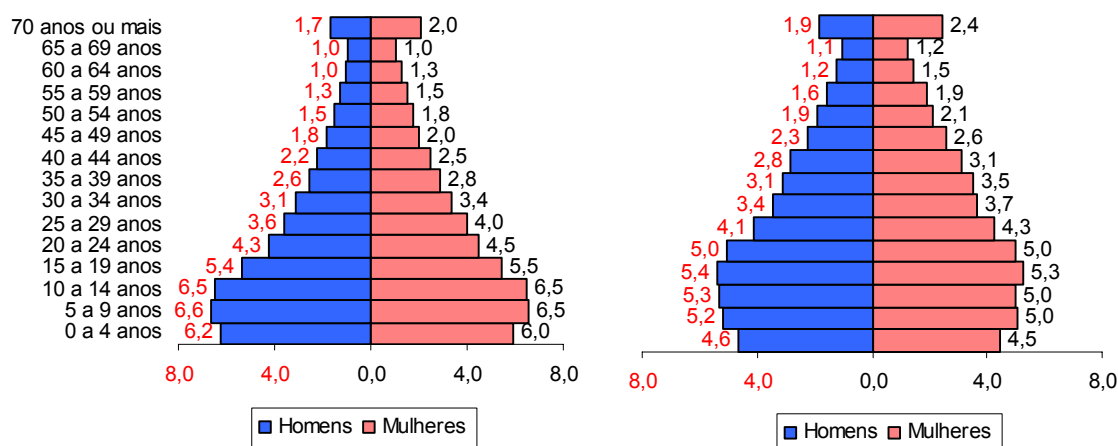
A razão de sexo é representada o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme os Gráficos 1.4 e 1.5 indicam, em todos os casos pesquisados, com exceção da zona rural do Ceará, a população masculina é inferior à feminina.

Uma das razões para que a população feminina tenda a ser maior que a masculina deve-se à maior expectativa de vida das mulheres (elas vivem aproximadamente 3,5 anos mais que os homens). Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Brasil, Nordeste e Ceará para os anos de 1992 e 2005.

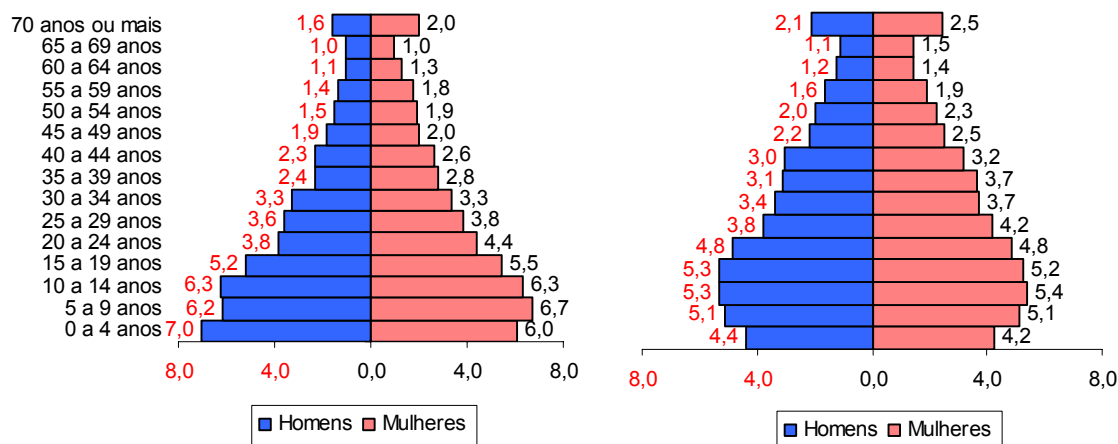
Figura 1.1: Pirâmides Etárias – Brasil – 1992 e 2005

Fonte: PNAD/IBGE.

No caso do Brasil, por exemplo, a constatação feita anteriormente fica clara ao serem analisadas as pirâmides etárias de 1992 e 2005, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias mais elevadas (com 20 anos e mais). Situações similares são evidenciadas para o Nordeste e para o Ceará, conforme as Figuras 1.2 e 1.3 ilustram.

Figura 1.2: Pirâmides Etárias – Nordeste – 1992 e 2005

Fonte: PNAD/IBGE

Figura 1.3: Pirâmides Etárias – Ceará – 1992 e 2005

Fonte: PNAD/IBGE.

Uma outra constatação muito importante que pode ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas diz respeito ao processo de envelhecimento da população brasileira, nordestina e cearense, reproduzindo uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento. No caso, ao serem comparados os dois anos em análise, verifica-se um aumento na participação de todas as faixas etárias com 20 anos e mais, com destaque para o grupo de pessoas com 60 anos e mais, muito embora as populações do Nordeste e do Ceará apresentem uma proporção de jovens e crianças maior que a média nacional.

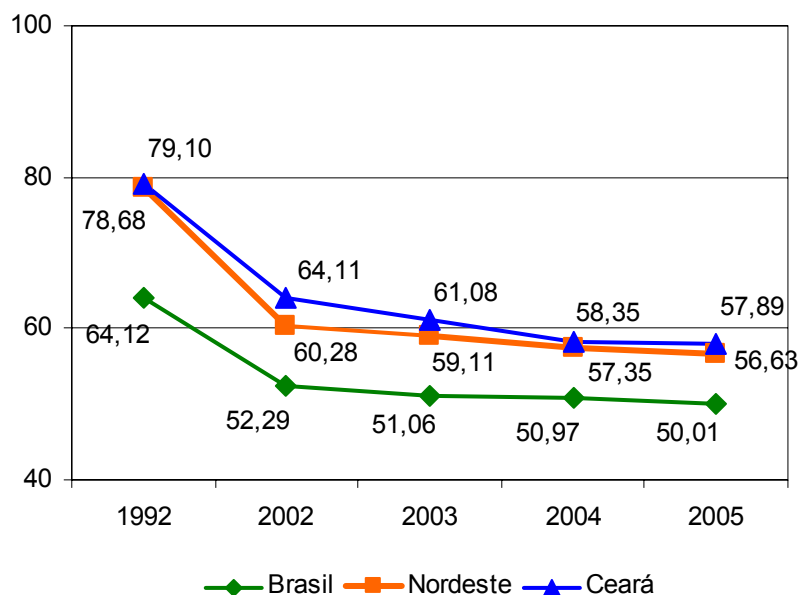
Essa transformação deve-se, pelo menos em parte, à melhoria nas condições de saúde, implicando na ampliação da expectativa de vida das pessoas. Outros fatores que influenciam este processo dizem respeito à redução da taxa de fecundidade das mulheres, do maior planejamento familiar e da maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Assim, constata-se que tem havido um conjunto de transformações importantes na população cearense (seguindo a tendência exibida pelo Brasil e pela Região Nordeste), em que se destaca o aumento relativo do peso das pessoas com mais idade na população e uma redução no peso das crianças e adolescentes, sobretudo daquelas menores de 10 anos de idade. Com isso, verifica-se que as

pirâmides etárias estão ficando com as bases menos achatadas e os picos mais largos ao longo do tempo.

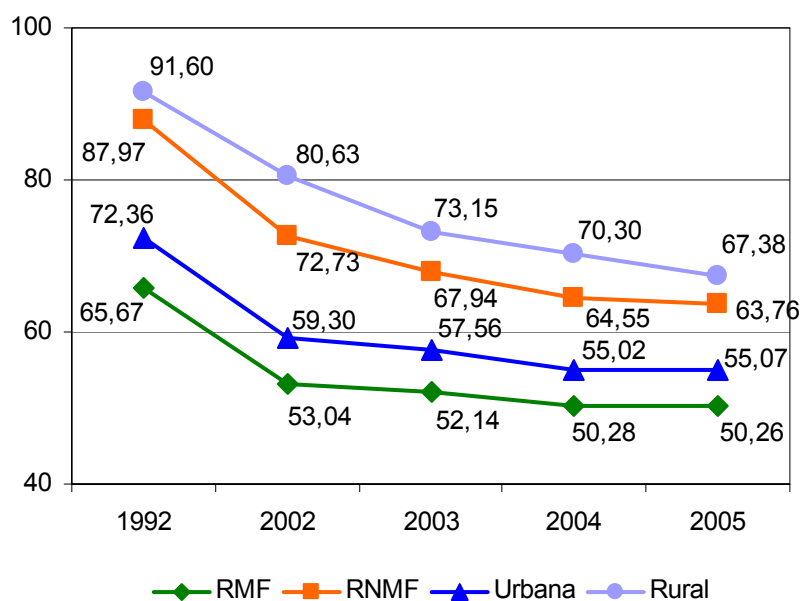
Desta forma, verifica-se uma redução generalizada na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda dos Gráficos 1.6 e 1.7.

Gráfico 1.6 - Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 1.7: Razão de Dependência – Região Metropolitana e não Metropolitana e zonas urbana e rural do Ceará– 1992, 2002 a 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

A redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

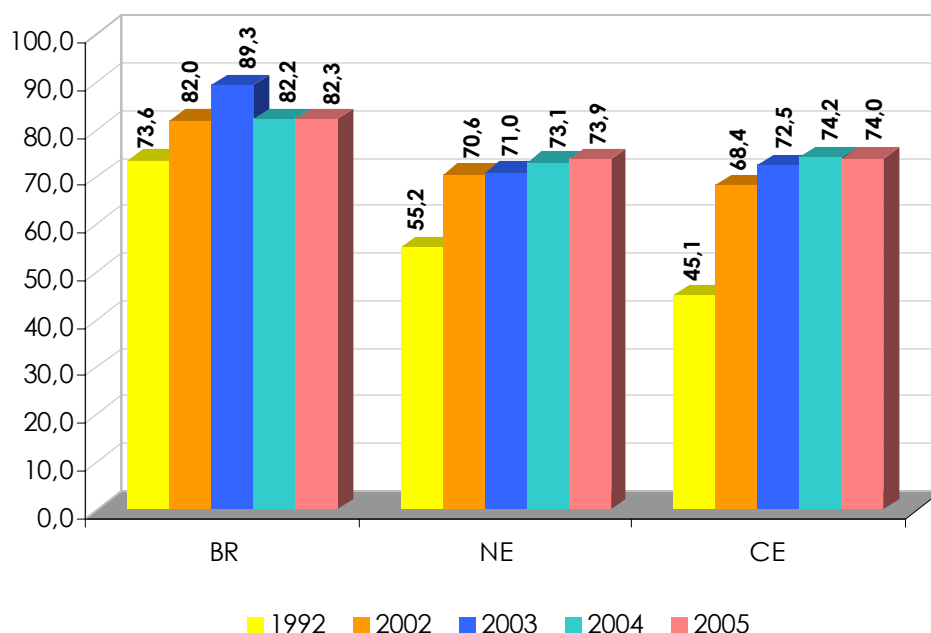
Finalmente, é importante constatar que essas modificações nos aspectos demográficos do Ceará foram acompanhadas por importantes transformações sociais e econômicas, conforme será detalhado nas seções seguintes.

II.2 CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

No que diz respeito às condições de domicílios, um dos primeiros indicadores a ser analisado é a proporção de domicílios com abastecimento de água regular. Sua importância reside no fato de que o acesso à água de qualidade tem um efeito significativo sobre a redução das doenças de veiculação hídrica e, também, da diarreia e da mortalidade infantil.

O Gráfico 2.1 mostra que, de modo geral, a proporção de domicílios com abastecimento de água elevou-se durante o período de 1992 a 2005 no Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 2.1: Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

A maior elevação na proporção de domicílios com abastecimento de água foi observada no Ceará, que aumentou de 45,1% em 1992, para 74,0% dos domicílios em 2005. Com isso, o Estado, que se encontrava em

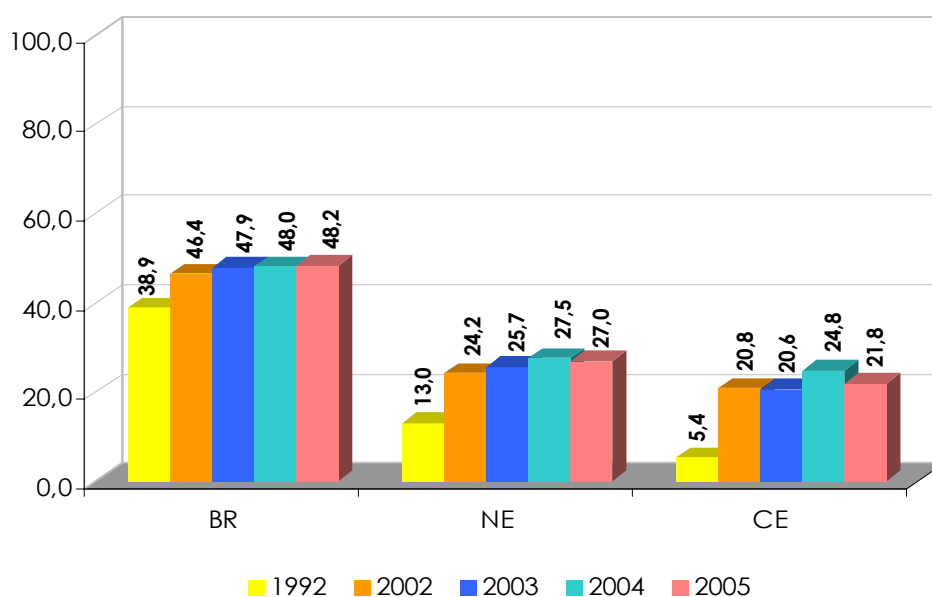
patamares inferiores aos do Nordeste e do Brasil, em 1992, foi capaz de igualar-se à média nordestina e aproximar-se ainda mais da média brasileira durante o período.

Entre 2002 e 2005, percebe-se ainda uma tendência consistente de crescimento do indicador, apesar do ligeiro decréscimo do mesmo entre 2004 e 2005, fato este que pode ser explicado, em parte, pelas oscilações que a PNAD pode sofrer devido à metodologia amostral de coleta dos dados da pesquisa.

Outro indicador relevante, que reflete a melhoria nas condições de vida da população, é a proporção de domicílios com acesso a rede de coleta de esgoto, por possibilitar-lhes não entrar em contato com a água servida e, portanto, reduzir o risco de ocorrência de doenças, como a leptospirose, por exemplo.

O Gráfico 2.2 apresenta os valores desse indicador para o Ceará, Nordeste e Brasil no ano de 1992 e no período de 2002 a 2005.

Gráfico 2.2: Proporção de domicílios com acesso a rede de coleta de esgotos (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



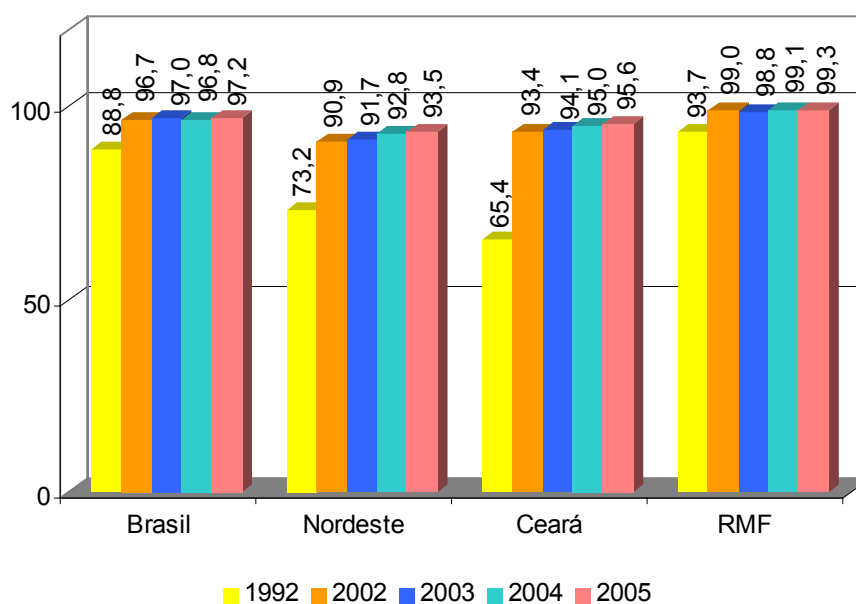
Fonte: IBGE/PNAD

Através do Gráfico 2.2 constata-se que o Ceará vem demonstrando significativa evolução na proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto no período de 1992 a 2005. Em termos comparativos, em 1992, o Ceará apresentava uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto muito inferior à do Nordeste e do Brasil, com apenas 5,4% dos seus domicílios tendo acesso a esse serviço, contra 13,0% no Nordeste e 38,9% no Brasil.

Entretanto, ao longo do período considerado, esta discrepância reduziu-se sensivelmente, e o Ceará atingiu uma proporção mais próxima do Nordeste e obteve um crescimento mais intenso que a média brasileira, apesar do decréscimo do indicador em 2005.

Também, observou-se uma elevada proporção de domicílios com energia elétrica no Ceará, contudo, numa proporção menor que a observada para o Brasil. Além disso, essa proporção é maior do que a registrada para o Nordeste em 2005, como mostra o Gráfico 2.3, abaixo.

Gráfico 2.3: Proporção de domicílios com energia elétrica (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

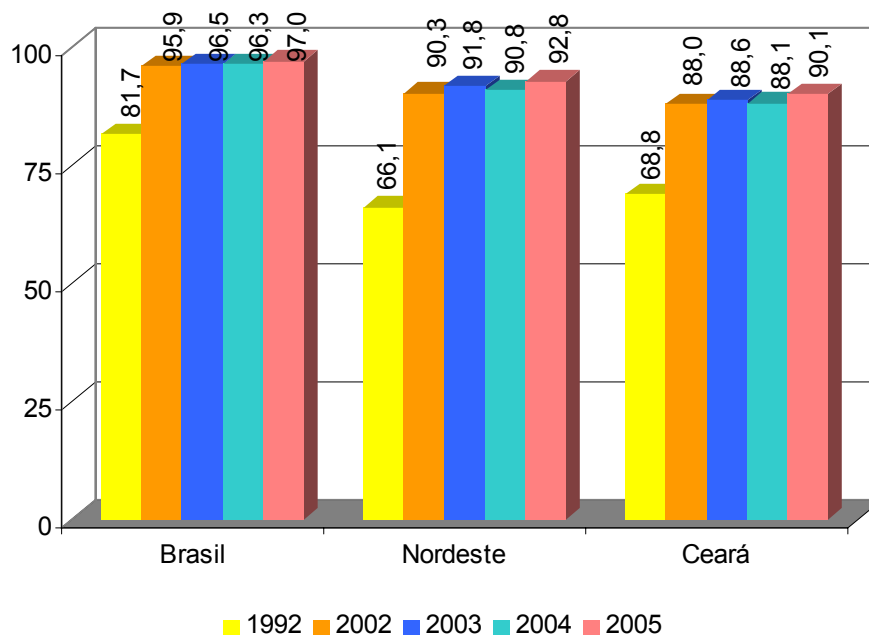


Fonte: PNAD/IBGE

No período de 1992 a 2005, o Estado do Ceará obteve um significativo crescimento da proporção de domicílios com energia elétrica, 46,1%, superior ao crescimento proporcional registrado para o Brasil (9,5%) e Nordeste (27,7%). No entanto, entre os anos de 2004 e 2005, o crescimento não foi tão expressivo, onde se registrou um aumento proporcional de apenas 0,63%. Vale ressaltar que na região metropolitana de Fortaleza, aproximadamente 99,3% dos domicílios possuem energia elétrica.

O Gráfico 2.4, abaixo, mostra o percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo. Vale destacar que esse indicador é importante no sentido de estar relacionado a diversos problemas de saúde pública

Gráfico 2.4: Proporção de domicílios com coleta de lixo (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

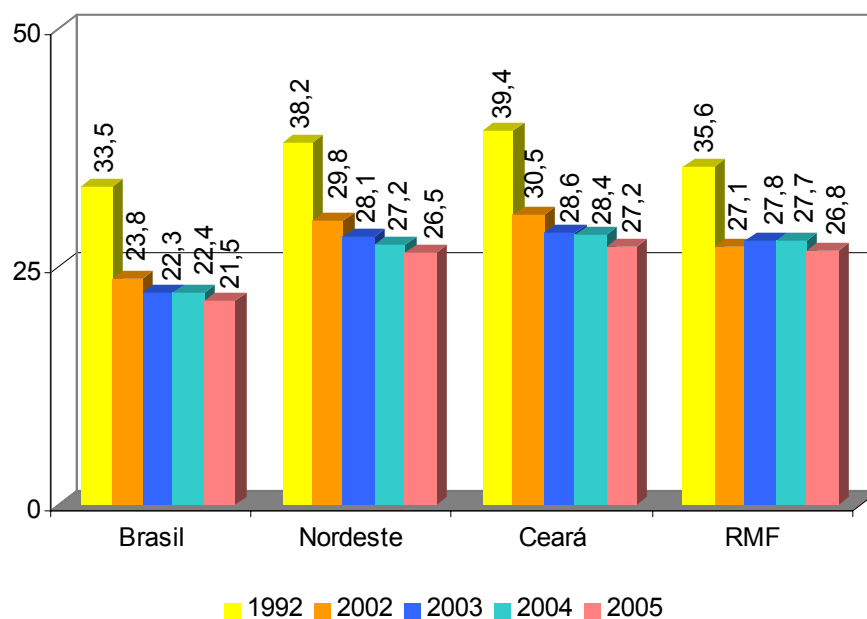


Fonte: PNAD/IBGE.

Apesar do Ceará possuir o menor percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo (90,1%) no ano de 2005, observa-se um significativo crescimento proporcional entre 1992 e 2005, 31%. Esse índice se manteve estável em 88% entre os anos de 2002 e 2005, e elevou-se em 2,3% entre 2004 e 2005.

O Gráfico 2.5, abaixo, mostra que a proporção de domicílios com mais de duas pessoas por dormitório vem se reduzindo drasticamente ao longo dos anos.

Gráfico 2.5: Proporção de domicílios com mais de duas pessoas por dormitório (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



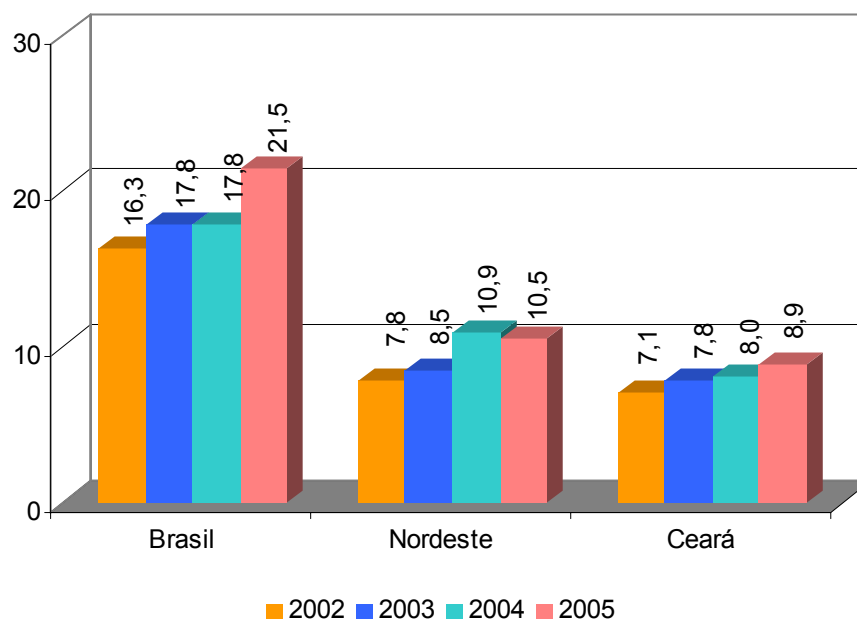
Fonte: PNAD/IBGE.

Em 2005, o Ceará apresentou um indicador de aproximadamente 27,2%, enquanto para o Nordeste e Brasil esse índice foi de 26,5% e 21,5%, respectivamente. Entre 1992 e 2005, a redução proporcional observada do Ceará (31,1%) foi mais intensa apenas em relação ao Nordeste (36%). Contudo, no período de 2004 a 2005, o Ceará apresentou uma redução proporcional (-4,2%) mais significativa do que as registradas para Nordeste (-2,9%) e Brasil (4,0%).

As grandes transformações tecnológicas ocorridas na última década possibilitaram um rápido e livre acesso a um grande volume de informações através dos microcomputadores. Desta forma, as pessoas

poderiam ter acesso a esse imenso volume de informações a partir de seus domicílios. Assim, o percentual de domicílios com microcomputadores (Gráfico 2.6) torna-se um indicador de extrema relevância nesse estudo.

Gráfico 2.6: Proporção de domicílios urbanos com microcomputadores (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará– 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

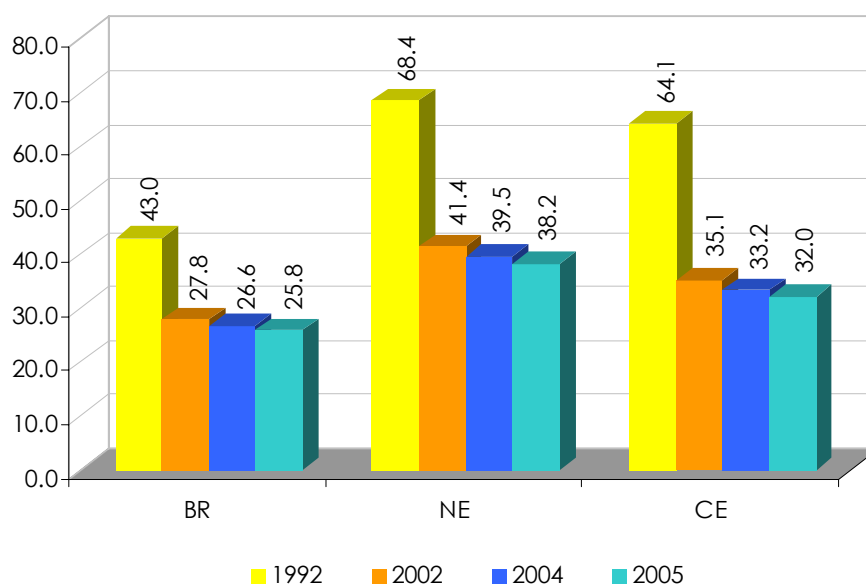
Como é possível observar, o percentual de domicílios com microcomputadores vem crescendo ao longo dos anos no Ceará (25,35%), mas de maneira mais intensa no Brasil (31,9%) e Nordeste (34,6%), no período de 2002 a 2005. Vale ressaltar que o acesso da população a esse bem ainda é ínfimo, visto que seu preço não permite que a grande maioria dos domicílios o possua.

II.3 SAÚDE

Inquestionavelmente, a saúde é um dos bens mais preciosos que o ser humano possui e constitui condição indispensável para desenvolver todas as suas potencialidades. Desta forma, fica evidente a necessidade de se analisar alguns dos principais indicadores desta dimensão.

Historicamente, a taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada como um dos melhores indicadores para analisar as condições de saúde e de vida da população. Também tem sido importante para direcionar as ações e as políticas públicas voltadas para o setor de saúde. No gráfico a seguir consta a evolução desse indicador para o Brasil, Nordeste e Ceará. Contudo, as informações sobre este indicador para o ano de 2005, assim como os demais indicadores de saúde, ainda não foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Ministério da Saúde.

Gráfico 3.1: Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Ceará, Nordeste e Brasil – 1992, 2002, 2004 e 2005



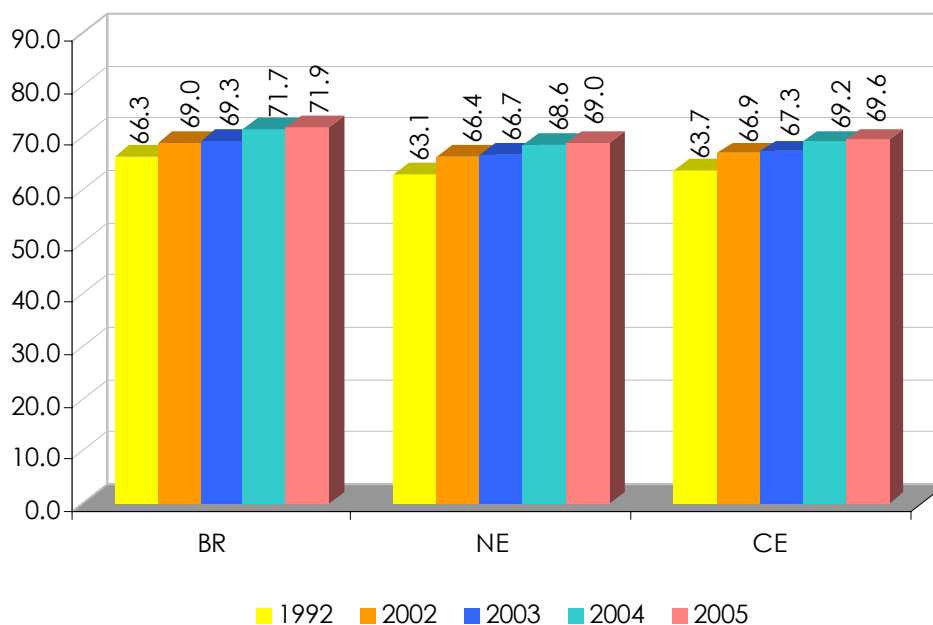
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE.

Percebe-se, inicialmente, que a taxa de mortalidade infantil reduziu-se em todas as áreas espaciais analisadas, todavia a maior redução proporcional observada ocorreu no Estado do Ceará entre os anos de 1992 e 2005, sendo esta de 50,1%. Já as taxas brasileira e nordestina caíram, respectivamente, 40% e 44,1%, no mesmo período.

Verifica-se, ainda, que a taxa de mortalidade infantil continua apresentando tendência de queda entre 2002 e 2005, mas no Ceará sua redução proporcional foi de 8,8%, em comparação à do Brasil e do Nordeste (redução de 7,2% e 7,7%, respectivamente).

No período considerado, a redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2.

**Gráfico 3.2: Esperança de vida ao nascer – Ceará, Nordeste e Brasil
1992, 2001, 2002, 2003 e 2004**



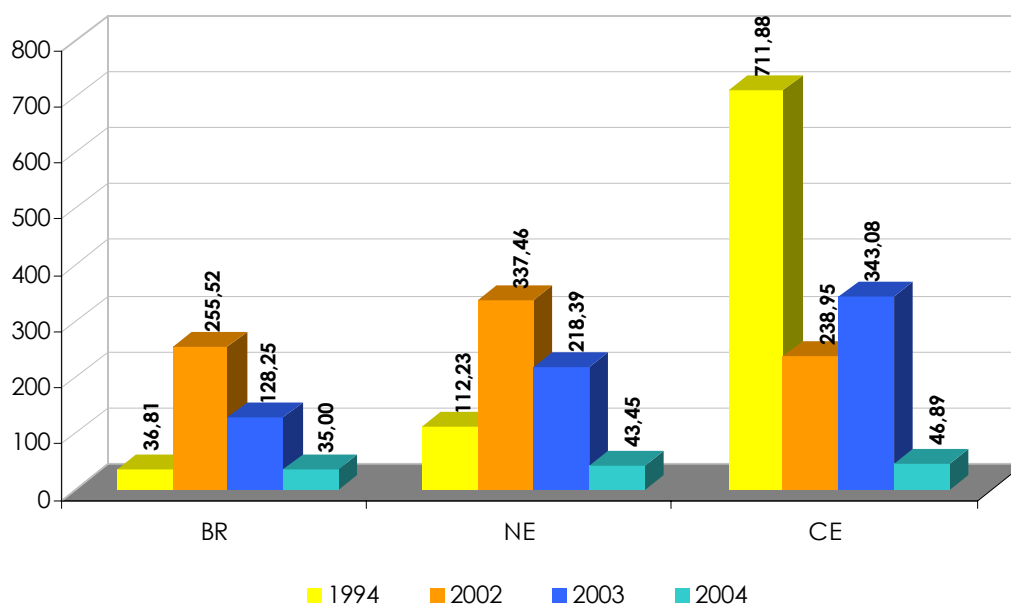
Fonte: IBGE.

A esperança de vida ao nascer é, também, um indicador muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas.

Segundo se constata, no período entre 1992 e 2005, as pessoas nascidas no Ceará e no Nordeste aumentaram sua expectativa de vida 5,9 anos em média, enquanto no Brasil este ganho foi de 5,6 anos. Em termos relativos, o Ceará manteve seu indicador acima do nível do Nordeste e aproximou-se um pouco mais da média brasileira ao longo do período.

Um outro aspecto relevante da saúde diz respeito ao problema da dengue, que é apresentada no Gráfico 3.3, abaixo.

Gráfico 3.3: Taxa de incidência de Dengue por 100.000 habitantes– Ceará, Nordeste e Brasil - 1994, 2002, 2003 e 2004



Fonte: DATASUS.

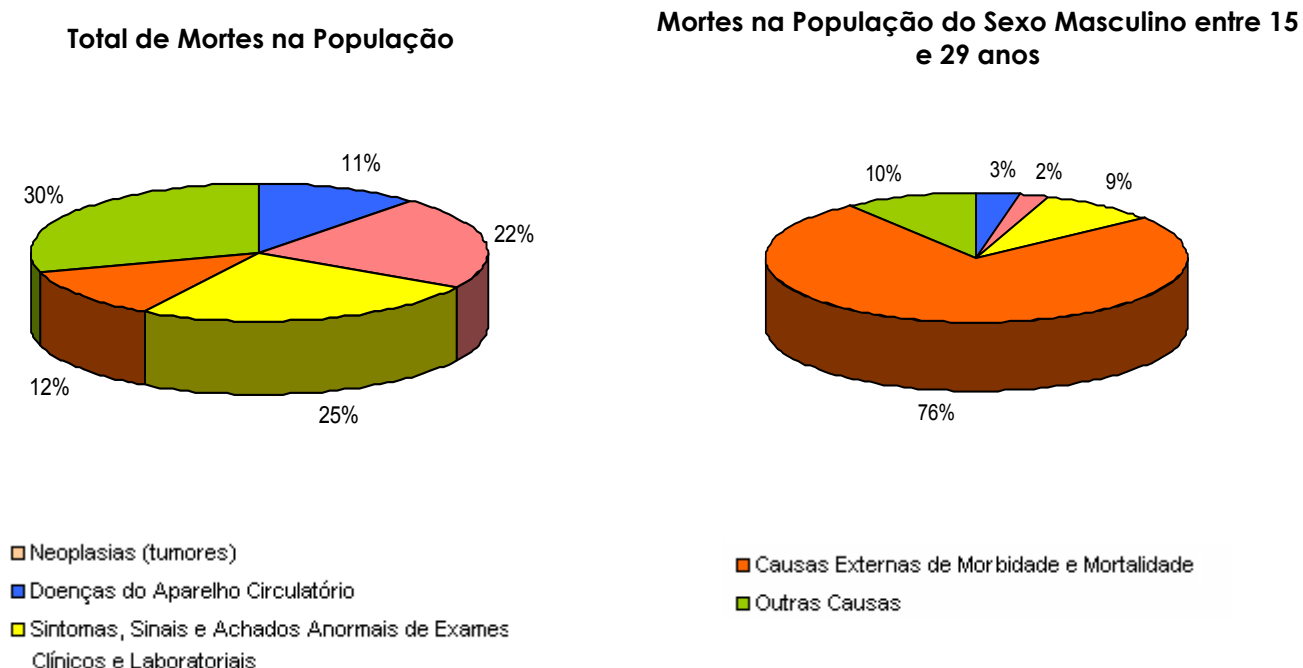
Esta é uma questão que tem preocupado sobremaneira as autoridades sanitárias do Brasil, e em especial o governo do Estado do Ceará, que elegeu seu controle como uma das prioridades da administração (conforme as Diretrizes da Secretaria da Saúde). Desde 1986, são registrados casos de dengue no Ceará, onde vem ocorrendo epidemias periódicas a cada 3 a 5 anos. Destas, como mostra o gráfico acima, a mais grave foi a verificada em 1994, quando o Ceará atingiu um pico na taxa de incidência de dengue de 711,88 por 100.000 habitantes.

Observando o Gráfico 3.3 acima, pode-se constatar a queda brusca nas taxas de incidência de dengue em todas as regiões analisadas, com destaque para o Estado do Ceará, quando se consideram as elevadas taxas observadas na década passada no Estado e se observa que a taxa de incidência verificada em 2004 se situa em um nível similar as registradas na região Nordeste e no Brasil. Vale ainda destacar a significativa redução verificada entre 2003 e 2004 no Estado do Ceará de 86,3%, a maior observada entre as regiões analisadas.

No que se refere às causas de mortalidade, tem se observado que as decorrentes de fatores externos vêm adquirindo significativo peso na estrutura geral dos óbitos, afetando principalmente a população masculina jovem.

Como se observa no Gráfico 3.4, abaixo, as mortes em decorrência de causas externas correspondem a 12% das causas de morte na população do Estado do Ceará, no entanto, quando direcionamos a atenção para a população jovem masculina entre 15 e 29 anos, as mortes ocasionadas por fatores externos correspondem a 76% das causas de morte deste grupo populacional.

Gráfico 3.4: Principais Causas de Mortalidade no Ceará – 2004

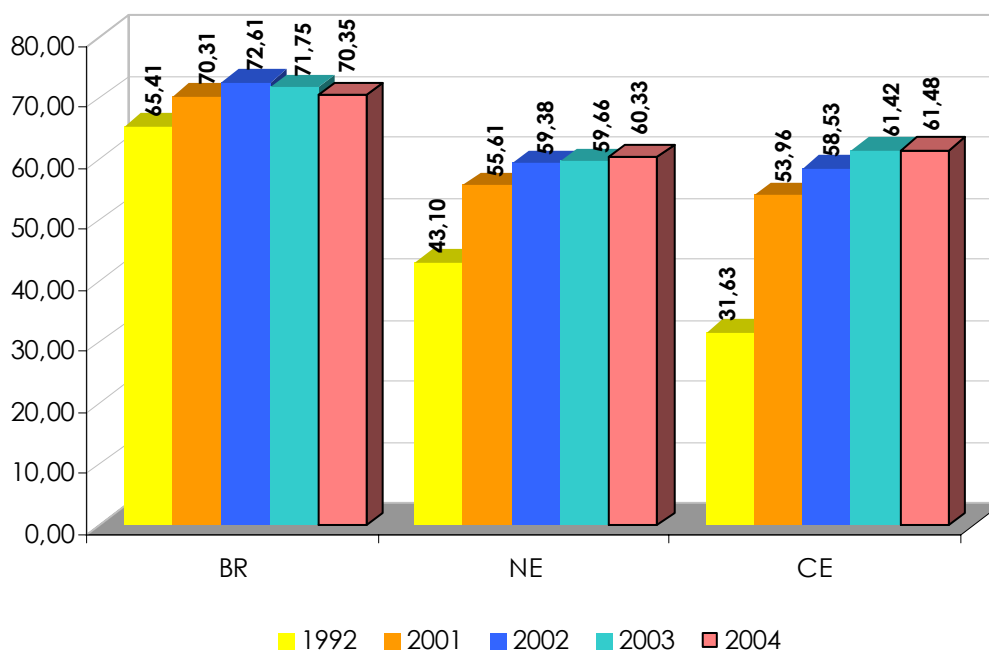


Fonte: DATASUS.

Como se observa do Gráfico 3.5 a seguir, as taxas de mortalidade por causas externas por 100.000 habitantes se elevaram consideravelmente ao longo da década de noventa, principalmente no Estado do Ceará, que apresentava uma taxa de 31,63 em 1992, passando para 61,48 em 2004.

Essa taxa é superior às observadas nos anos anteriores, tendo ultrapassado a média da região Nordeste e se aproximado da média do Brasil, visto que em 1992, a taxa de mortalidade por causas externas no Estado era menos da metade da média brasileira.

Gráfico 3.5: Taxas de mortalidade por causas externas por 100.000 habitantes – Ceará, Nordeste e Brasil - 1992, 2001, 2002, 2003 e 2004

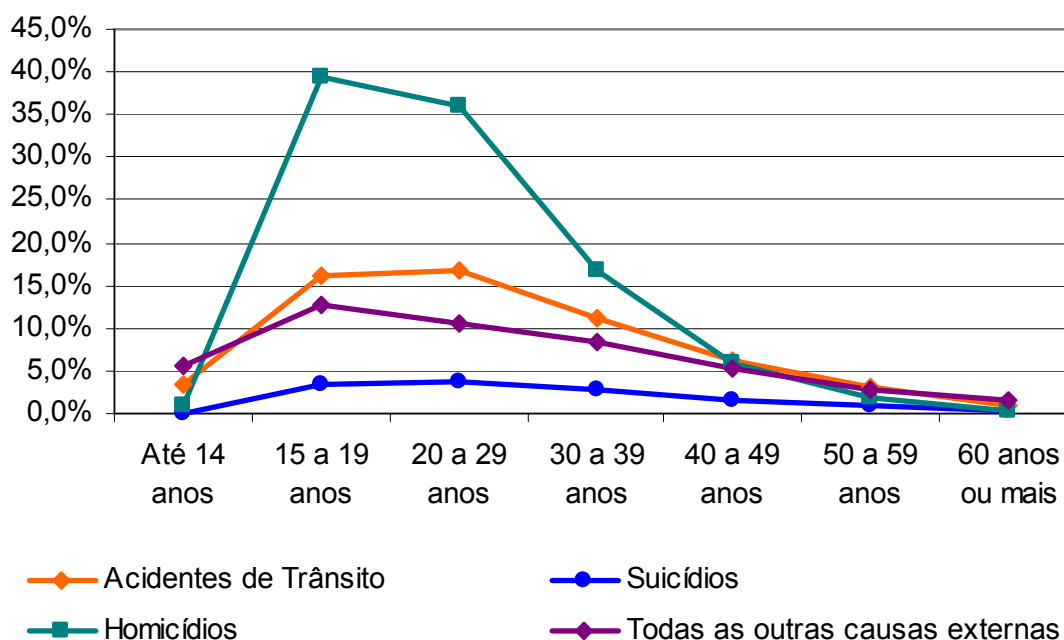


Fonte: DATASUS.

As mortes por causas externas podem ser desagregadas em diferentes fatores, dentre os quais se destacam homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, entre outras causas.

O Gráfico 3.6, abaixo, apresenta uma desagregação das mortes por causas externas por grupos de idade. As mortes ocasionadas por homicídios e por acidentes de trânsito se destacam como os principais fatores de mortalidade, com o primeiro sendo responsável por aproximadamente 40% das causas de morte entre jovens de 15 e 19 anos.

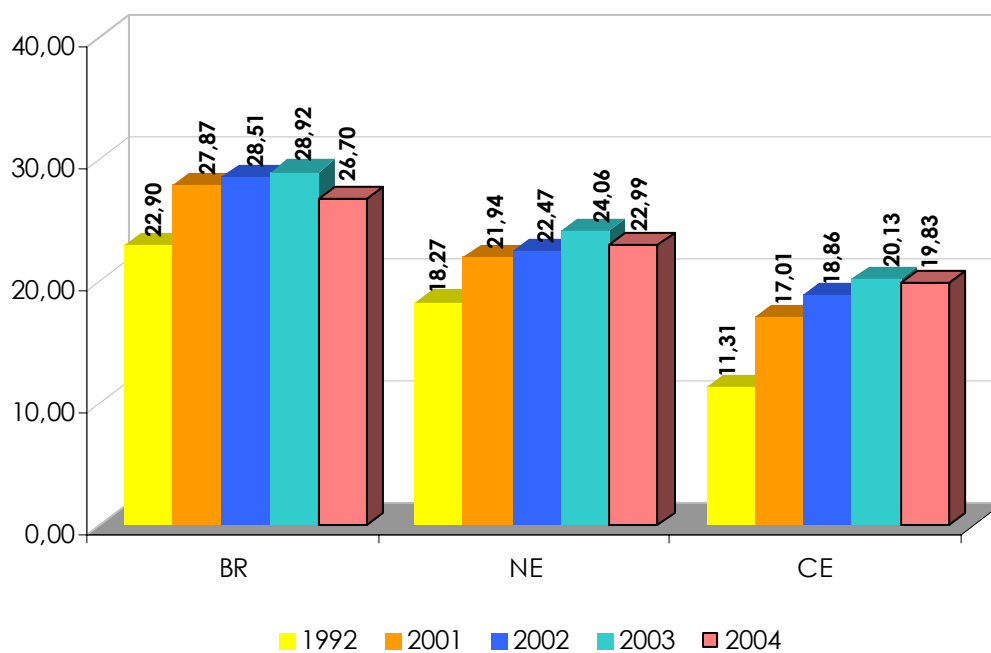
Gráfico 3.6: Principais causas de mortalidade de dentre as causas externas por faixas de idade – Ceará – 2004



Fonte: DATASUS.

As taxas de homicídios para o Estado do Ceará, região Nordeste e Brasil são apresentadas no Gráfico 3.7, abaixo. Observa-se inicialmente que as taxas de homicídio por 100.000 habitantes são crescentes ao longo dos anos em todas as regiões sob análise, com um pequeno recuo em 2004. O Estado do Ceará se destaca positivamente por se situar com taxas inferiores às demais regiões, apresentando uma taxa de 19,83 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto a região Nordeste registrou uma taxa de 22,99 e a média do Brasil foi de 26,70.

Gráfico 3.7: Taxas de homicídios por 100.000 habitantes – Ceará, Nordeste e Brasil – 1992, 2001, 2002, 2003 e 2004



Fonte: DATASUS.

II.4 EDUCAÇÃO

Considerando-se o ano de 1992 e o período entre 2002 e 2005, tem-se que o Estado do Ceará apresentou uma série de avanços na área da educação, como pode ser observado através da análise de alguns indicadores educacionais extraídos dos dados da PNAD e que serão discutidos a seguir.

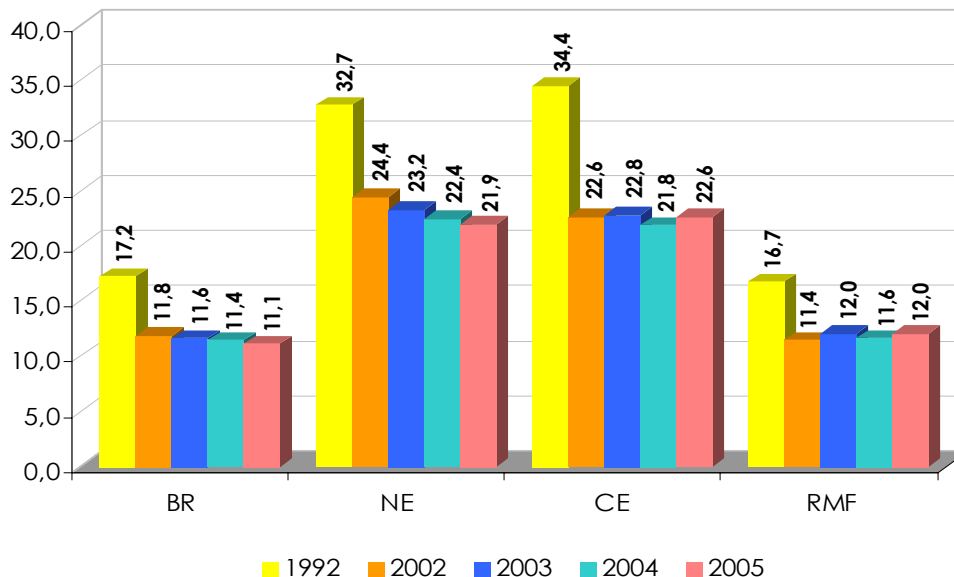
Um dos principais indicadores educacionais levados em consideração é a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade, pois, saber ler e escrever é o pré-requisito mínimo exigido para um indivíduo poder exercer seus direitos e deveres como cidadão. Assim, a redução da taxa de analfabetismo ao longo do tempo deve representar um avanço em termos de inclusão social para uma sociedade.

Conforme indica o Gráfico 4.1 e 4.2, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda no período considerado, no Brasil, Nordeste, Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Já em termos proporcionais, a taxa do Ceará reduziu-se de forma compatível com o padrão nacional e nordestino, muito embora, no período de 2002 a 2005, tenha apresentado certa estabilidade, ao passo que as taxas do Brasil e do Nordeste têm apresentado uma ligeira tendência de queda.

Portanto, esforços adicionais devem ser efetuados para que, o Estado possa convergir de forma mais intensa para o padrão nacional, uma vez que já apresenta uma taxa de analfabetismo compatível com a taxa nordestina.

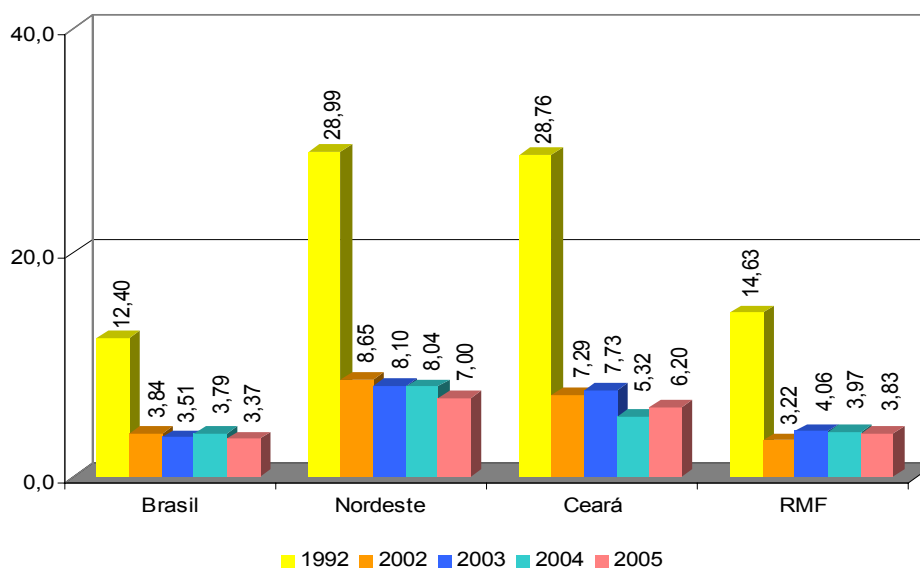
Gráfico 4.1: Taxa de analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %) – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Essa queda do analfabetismo é observada também para os indivíduos de 10 a 14 anos de idade, como mostra o Gráfico 4.2 abaixo.

Gráfico 4.2: Taxa de analfabetismo – pessoas entre 10 e 14 anos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %) – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

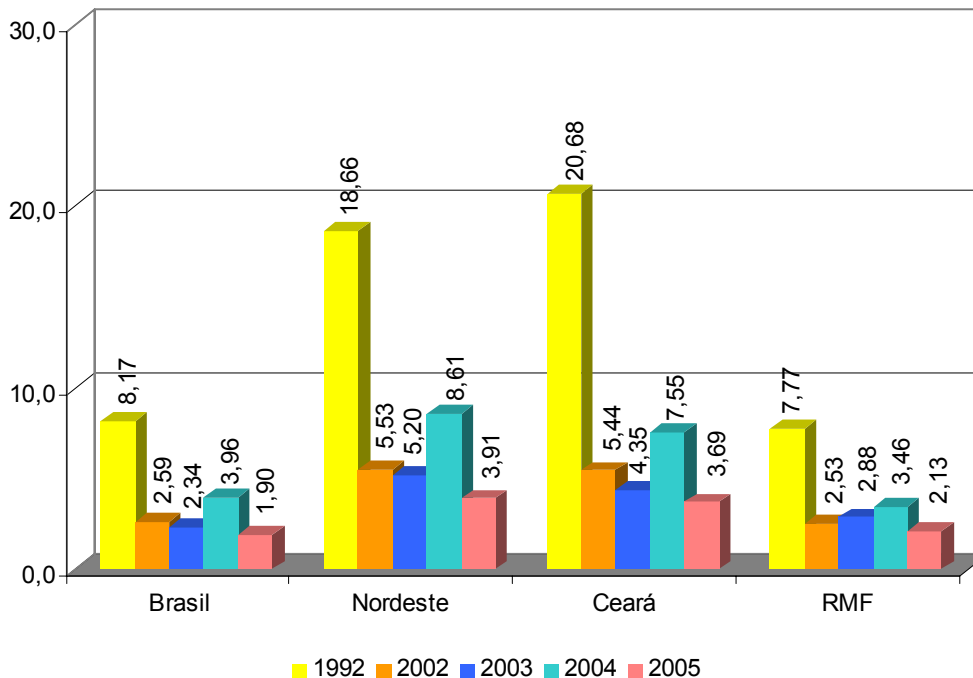


Fonte: PNAD/IBGE.

No Estado do Ceará, a taxa de analfabetismo entre os jovens de 10 a 14 anos de idade atingia níveis de aproximadamente 29% em 1992. Em 2005, essa taxa é de aproximadamente 6,2%, onde se observa uma redução proporcional de 78,4%, superior às reduções verificadas para o Nordeste (75,9%) e Brasil (72,9%). Contudo, no curto prazo (2004-2005), observou-se uma elevação proporcional na taxa de analfabetismo para o Ceará (16,6%), enquanto para o Nordeste e Brasil houve uma redução proporcional nesse índice de 13% e 11,3%.

No longo prazo, também, observa-se uma forte redução nas taxas de analfabetismo para os jovens entre 15 e 17 anos de idade, como apontado no Gráfico 4.3 abaixo.

Gráfico 4.3: Taxa de analfabetismo – pessoas entre 15 e 17 anos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (em %) – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



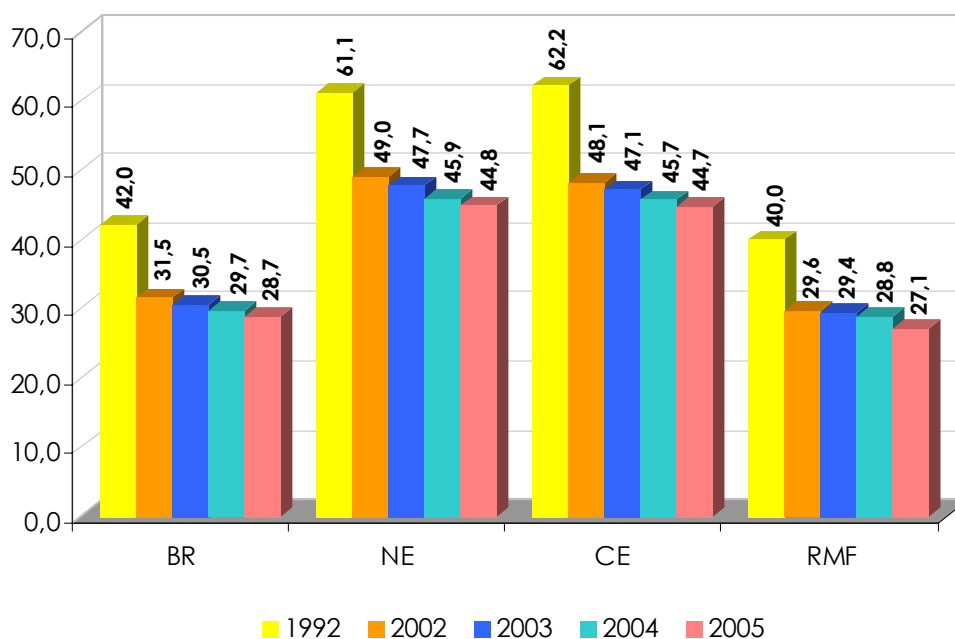
Fonte: PNAD/IBGE.

Para o Ceará, observou-se uma redução proporcional de 82,15% entre os anos de 1992 e 2005, e uma redução de 51,1% entre 2004 e 2005.

Um outro indicador representativo da evolução educacional é o percentual de analfabetos funcionais adultos (pessoas com 25 anos ou mais que possuem menos de 4 anos de estudo), pois, possuir esta característica, no contexto atual, em que a economia brasileira, e também a cearense, inserem-se de forma crescente na economia mundial, significa basicamente ficar relegado ao exercício de funções que agregam pouco valor e que, conseqüentemente, são mal remuneradas, além de ter reduzidas suas oportunidades de trabalho.

O Gráfico 4.4 apresenta o percentual de analfabetos funcionais entre adultos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

Gráfico 4.4: Percentual de analfabetismo funcional entre adultos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Conforme o Gráfico 4.4, o percentual de analfabetos funcionais adultos no Ceará, em 1992, era de 62,2%, enquanto que no Nordeste e no Brasil esses percentuais eram de 61,1%, e 42,0%, respectivamente. Mas, ao longo do período de 1992 a 2005, o Estado conseguiu reduzir significativamente

este indicador, tanto que, em 2005, atingiu o patamar de 44,7%, valor este bastante compatível com o valor do indicador para o Nordeste.

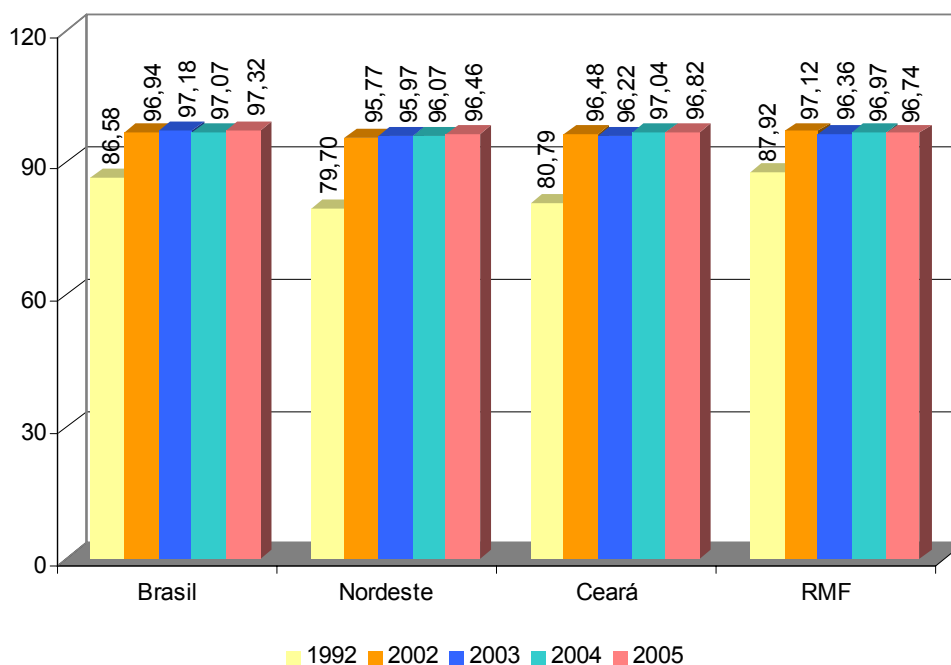
Tomando-se um período de tempo mais curto, entre 2002 e 2005, verifica-se que o Ceará, e também a RMF, ainda apresenta uma tendência clara de redução do indicador, acompanhando o padrão verificado tanto no Brasil como no Nordeste.

Entretanto, há que se considerar que essas taxas ainda são extremamente elevadas e, portanto, o governo, em suas várias esferas, deve aumentar significativamente os seus esforços no que diz respeito à educação de adultos, principalmente para incrementar a sua inserção no mercado de trabalho.

As reduções observadas nas taxas de analfabetismo vêm sendo acompanhadas por elevações nas taxas líquidas de freqüência escolar. Esse indicador corresponde ao número de indivíduos que freqüentam os ensinos fundamental e médio, dentro da faixa etária correspondente a cada nível.

O Gráfico 4.5, abaixo, apresenta a evolução da taxa líquida de freqüência escolar para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2005, esse indicador atingiu valores de aproximadamente 96,8% no Ceará, 96,4% no Nordeste e 97,3% no Brasil.

Gráfico 4.5: Taxa líquida de freqüência escolar no ensino fundamental – pessoas entre 7 e 14 anos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

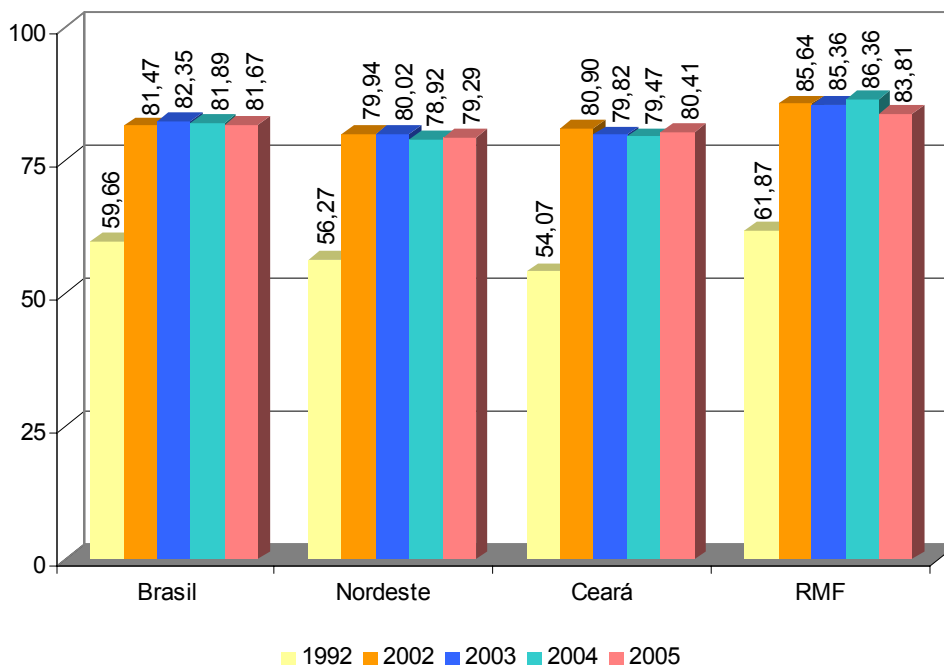


Fonte: PNAD/IBGE.

Entre os anos de 1992 e 2005, o Ceará elevou proporcionalmente esse índice em 19,8%, superior à elevação registrada para o Brasil (12,4%), e menor do que a registrada para o Nordeste (21%). Vale notar que entre os anos de 2002 e 2005 esse indicador se manteve praticamente constante ao longo do tempo.

Também, observam-se elevadas taxas líquidas de freqüência escola no ensino médio, como mostra o Gráfico 4.6 abaixo. Em 2005, esse índice foi de aproximadamente 80,4% no Ceará, 79,3% no Nordeste, e 81,7% no Brasil.

Gráfico 4.6: Taxa líquida de freqüência escolar no ensino médio – pessoas entre 15 e 17 anos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

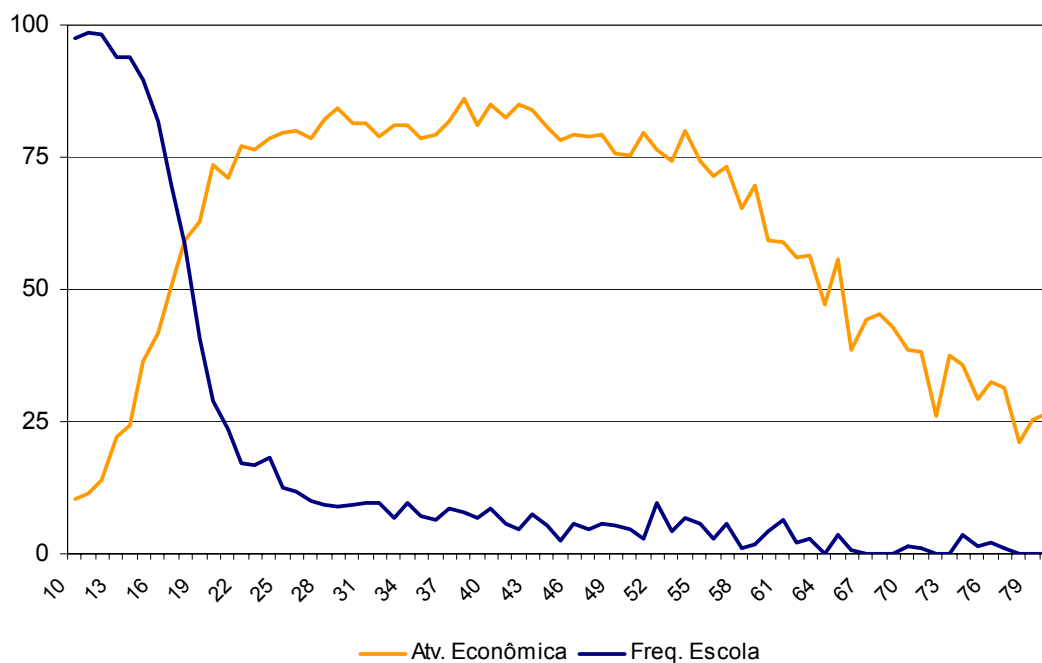


Fonte: PNAD/IBGE.

No período entre 2002 e 2005, esse índice sofreu poucas alterações ao longo do tempo no Ceará, cuja média foi de aproximadamente 80%. No entanto, no período de 1992 a 2005, houve um forte crescimento nesse indicador em torno de 48% para o Ceará, sendo maior do que o crescimento registrado para o Nordeste (40,9%) e Brasil (36,9%).

O Gráfico 4.7, abaixo, revela informações a respeito do ciclo de vida da população tendo como foco a relação entre o exercício da atividade escolar e da atividade econômica por parte da população cearense. Essas atividades são representadas pela taxa de frequência escolar bruta e pelo percentual da população economicamente ativa, ambas calculadas para cada ano de idade.

Gráfico 4.7: Taxa bruta de freqüência escolar e taxa de atividade econômica por anos de idade – Ceará – 2005

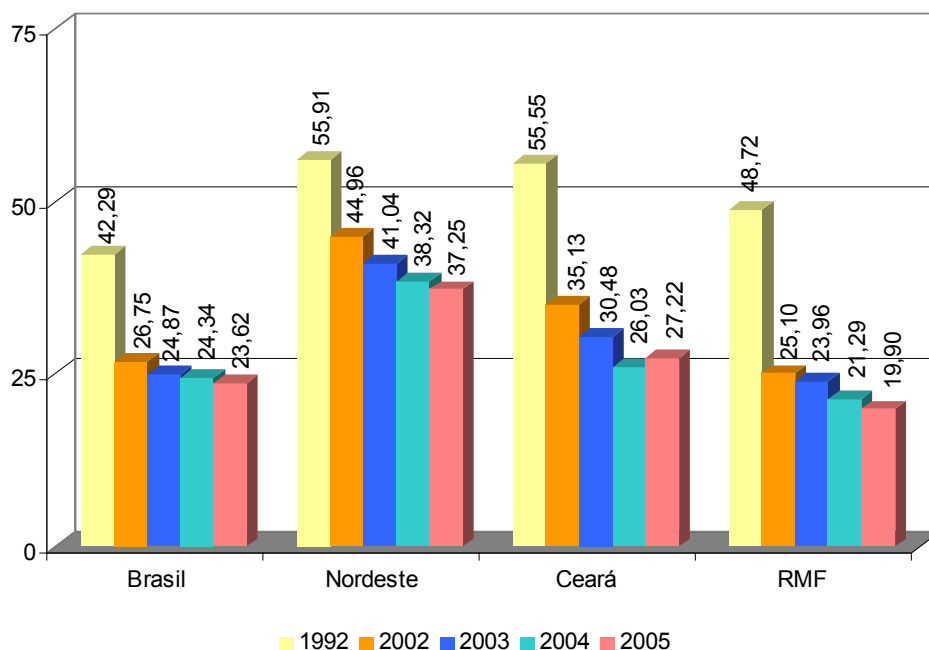


Fonte: PNAD/IBGE.

No Gráfico 4.7, abaixo, nota-se que a freqüência escolar decresce à medida que os indivíduos se tornam economicamente ativos. A partir dos 20 anos de idade, a taxa de atividade econômica é maior do que a taxa de freqüência escolar, indicando que boa parte dos jovens deixa a escola em busca de emprego, dando início à vida adulta.

Associado à freqüência escolar é possível observar a taxa de distorção idade-série para os indivíduos entre 10 e 14 anos de idade. Esse índice é calculado a partir da razão entre o número de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à idade correspondente à série. O Gráfico 4.7 mostra o percentual de crianças entre 10 e 14 anos de idade com distorção idade-série.

Gráfico 4.8: Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com 2 ou mais anos de atraso – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

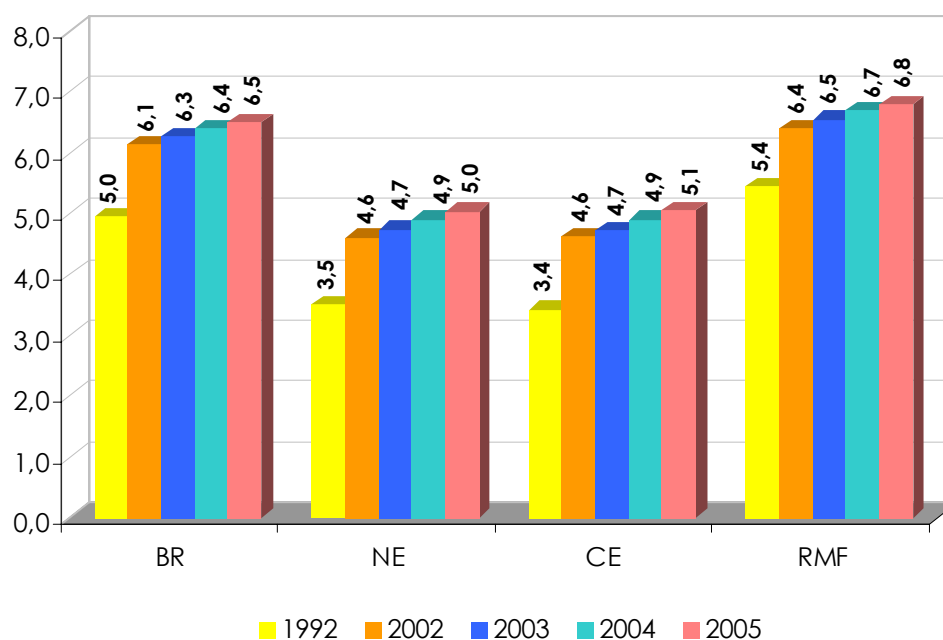


Fonte: PNAD/IBGE.

A redução desse percentual tem sido evidente ao longo dos anos para todas as unidades geográficas consideradas no presente estudo. Porém, no Ceará observou-se uma elevação de aproximadamente 4,6% entre os anos de 2004 e 2005. Já no período de 2002 e 2005, verificou-se uma redução proporcional em torno de 22,5%, superior às reduções observadas para o Nordeste (17,1%) e Brasil (11,7%). Da mesma forma, as reduções foram maiores para o Ceará (51%) no período de 1992 e 2005.

Outro indicador educacional analisado é a escolaridade média dos adultos, ou seja, a média de anos de estudo desta população. No Ceará, este indicador vem mostrando avanços significativos, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 4.9: Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

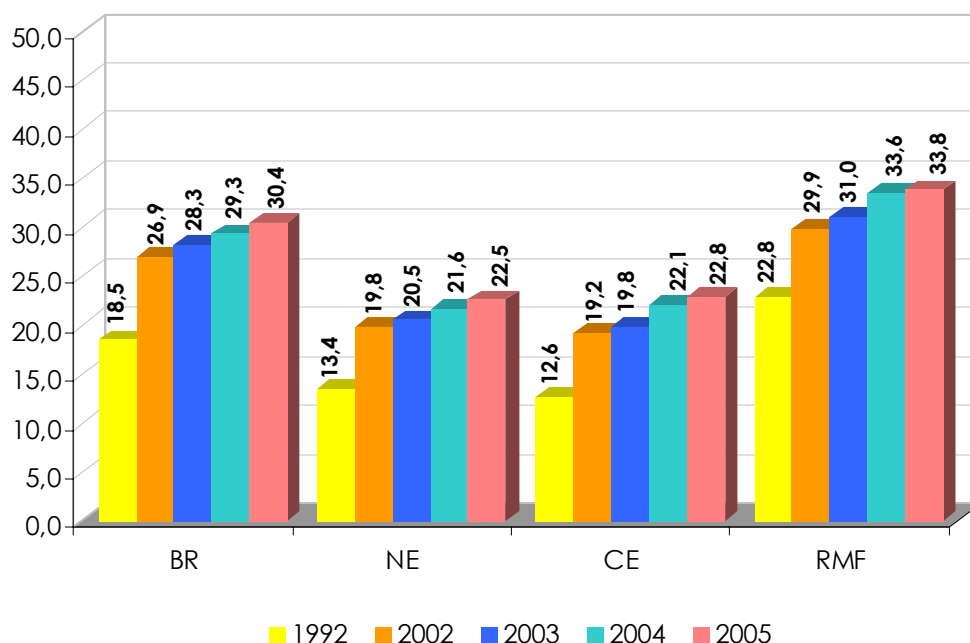
No período entre 1992 e 2005, a escolaridade média de adultos no Ceará evoluiu cerca de 50%, que é o melhor desempenho observado entre as quatro áreas analisadas. Com isto, verifica-se que o Estado aproximou-se mais em termos relativos da média brasileira durante este período.

Ademais, considerando-se um período de tempo mais curto, entre 2002 e 2005, o Ceará apresentou uma tendência consistente de crescimento do indicador em questão, com um crescimento acumulado de 10,9%, passando de uma média de 4,6 para 5,1 anos de estudo.

Contudo, apesar das melhorias ocorridas, a escolaridade média do Ceará (e a do Brasil) ainda é muito baixa se comparada ao padrão dos países mais desenvolvidos. Portanto, para que o Estado ganhe cada vez mais competitividade, faz-se necessário aprofundar ainda mais as políticas educacionais, estimulando a demanda e a qualidade do ensino.

Como mostram os dados sintetizados pelo Gráfico 4.10, no período de 1992 a 2005, o aumento da escolaridade média no Ceará foi acompanhado pelo incremento no percentual de adultos com pelo menos o 2º grau completo.

Gráfico 4.10: Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

No caso, o Ceará conseguiu elevar esse indicador em torno de 81% durante o período, passando de uma proporção de 12,6% de pessoas com pelo menos o 2º Grau completo, em 1992, para 22,8% em 2005. Este foi, sem dúvida, o melhor desempenho observado entre as áreas em estudo, tanto que o Ceará já supera a média nordestina no último ano da amostra.

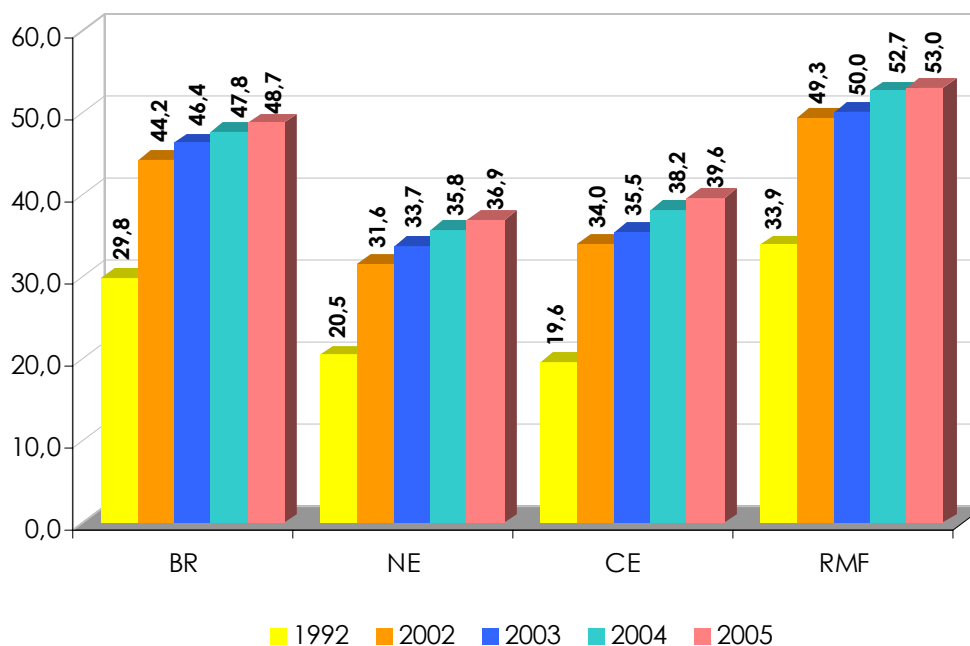
Além disto, entre 2002 e 2005, este percentual cresceu consistentemente, com um aumento proporcional de aproximadamente 18,8%, um desempenho melhor que o verificado no Nordeste e no Brasil, os quais tiveram crescimentos de 13,6% e 13,0%, respectivamente. Com isso, o

Ceará foi capaz de superar o Nordeste e aproximar-se ainda mais da média brasileira, em 2005.

Outro indicador educacional que também pode ser relacionado à escolaridade média é o percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o 1º grau completo, consoante é apresentado no gráfico a seguir.

Com base no Gráfico 4.11, é possível constatar que, no período entre 1992 e 2005, o Ceará conseguiu elevar o percentual de adultos com pelo menos o 1º grau completo em mais de 100%. Este é o melhor desempenho observado entre as áreas em estudo. Entre 2002 e 2005, o mencionado percentual também cresceu de forma consistente, atingindo o patamar de 39,6%, em 2005, contra 34,0%, em 2002.

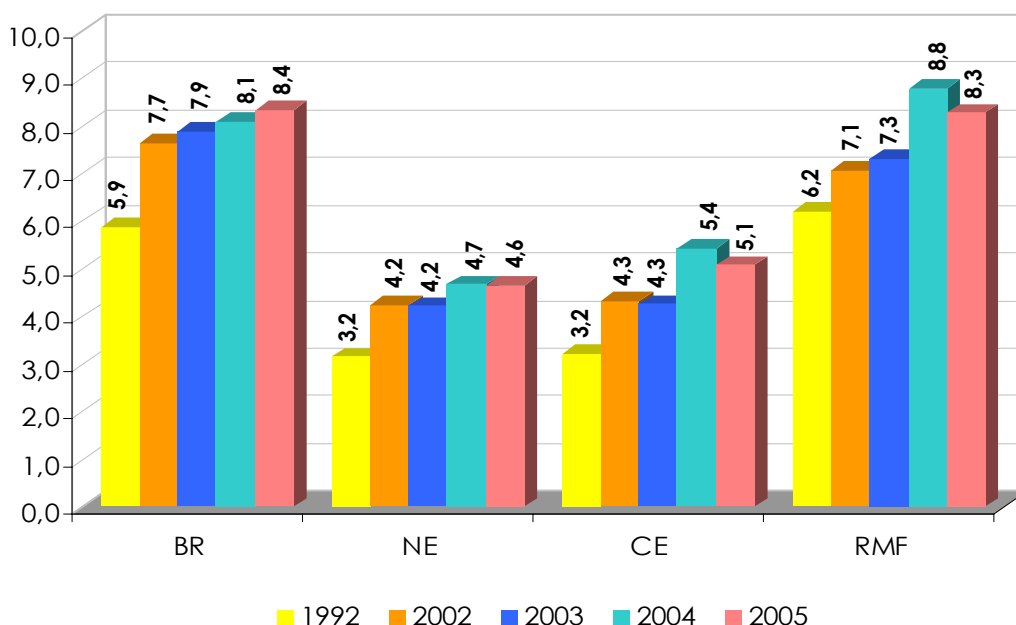
Gráfico 4.11: Percentual da população – 15 anos ou mais – com pelo menos o 1º grau completo – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Finalmente, outro indicador de educação a ser apresentado é o percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (Gráfico 4.12).

Gráfico 4.12: Percentual da população com nível superior completo – 25 anos ou mais — Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

O percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo no Estado do Ceará vem alcançando expressivos avanços, apesar do decréscimo desse indicador em 2005. Assim, no período entre 1992 e 2005, houve crescimento de 3,2% para 5,1%, o que representa um aumento proporcional da ordem de 60%.

Já entre 2002 e 2005, o Ceará conseguiu elevar este indicador em termos proporcionais em torno de 19%, enquanto o Nordeste e o Brasil mostraram resultados mais modestos (com elevações de 9,5% e 9,1%, respectivamente).

Entre 2004 e 2005, observa-se uma pequena redução no percentual da população adulta com o nível superior completo, tal fato, pode ser explicado, em parte, por uma possível migração de mão-de-obra qualificada nesse período para outros Estados brasileiros, visto que, o mesmo indicador se elevou em nível de Brasil.

Portanto, com base nas informações constantes desta seção, é possível concluir que os indicadores educacionais do Ceará vêm evoluindo de forma bastante expressiva no período entre 1992 e 2005, apesar de algumas involuções identificadas em 2005. Ademais, as evoluções verificadas são muitas vezes superiores às ocorridas no Nordeste ou no Brasil. Com isso, ao longo do tempo, pode-se concluir que o padrão educacional dos cearenses vem tendendo a convergir para a média nacional.

As implicações disso são inúmeras, pois, com a evolução das condições educacionais, passa a haver mais espaço para maior promoção da inclusão social, para o incremento das oportunidades e rendimentos dos indivíduos no mercado de trabalho, e para a redução da concentração de renda.

II.5 TRABALHO E RENDIMENTO

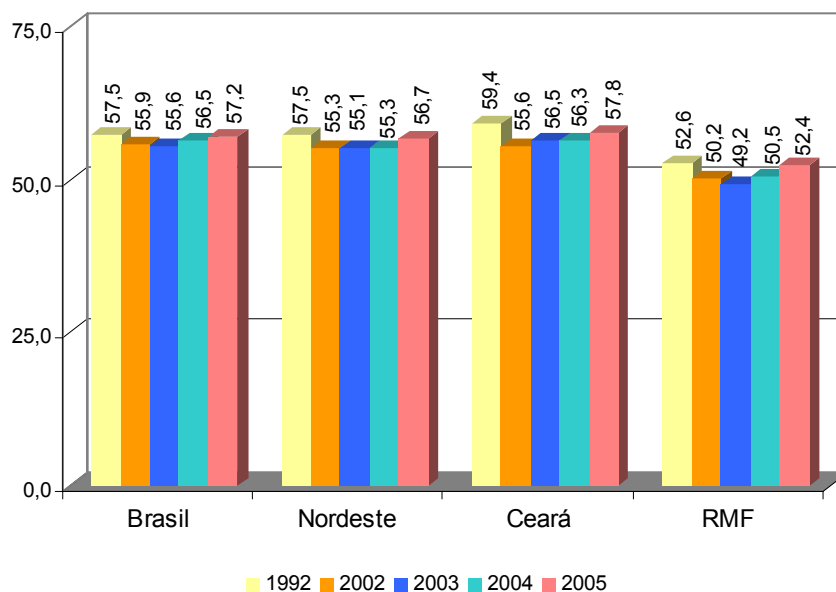
O mercado de trabalho pode ser visto como o local onde os indivíduos transacionam, aos preços assim determinados, o seu principal ativo, que é a capacidade laboral. Logo, sua importância está diretamente associada às questões mais relevantes como crescimento econômico e equidade social, ou seja, bem-estar (IPEA, 2006).

Essa seção apresenta os mais relevantes indicadores de trabalho e rendimento coletados na PNAD. A taxa de ocupação é a razão entre a população ocupada (PO) e a população considerada apta para o trabalho (População em Idade Ativa – PIA). Esse indicador mensura o percentual da população em idade ativa (10 anos ou mais de idade) que possui, efetivamente, uma ocupação. Além disso, a taxa de ocupação pode ser entendida como uma interação² entre oferta e demanda por trabalho.

No Gráfico 5.1, observa-se que a taxa de ocupação sofreu pequenas oscilações no longo (1992 – 2005) e médio prazo (2002 – 2005). No período entre 2002 e 2005, esse índice vem apresentando uma tendência de crescimento no Ceará.

² Especificamente, uma queda nesse indicador pode decorrer da diminuição da oferta de trabalho, decorrente da mudança na estrutura populacional, ou de uma queda na demanda de trabalho por parte das empresas que desestimula parte das pessoas a procurarem emprego.

Gráfico 5.1: Taxa de ocupação – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



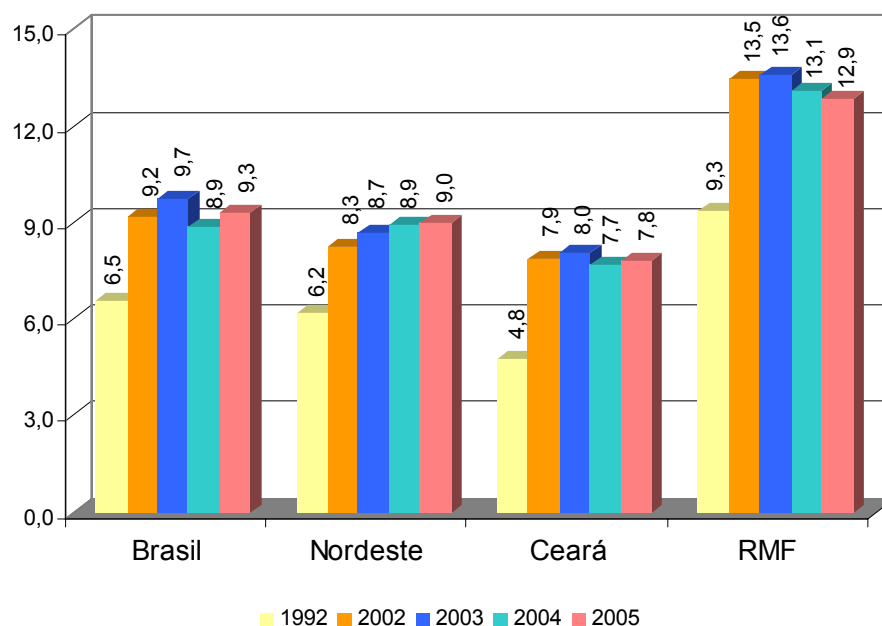
Fonte: IBGE/PNAD.

Vale salientar que em 2005, a taxa de ocupação no Ceará (57,8%) foi maior do que as registradas para Brasil e Nordeste (respectivamente, 57,2% e 56,7%). Contudo, esse índice ainda é menor do que o registrado para o ano de 1992.

Outro indicador de extrema relevância para a análise de mercado de trabalho é a taxa de desocupação (ou desemprego). Esse indicador é a razão entre a população desocupada e a população economicamente ativa (PEA).

A taxa de desocupação aumentou significativamente no período de 1992 a 2002, em todas as unidades geográficas consideradas. Essa brusca elevação do desemprego, certamente, foi motivada pelas recentes transformações econômicas ocorridas no Brasil durante a década de noventa, como por exemplo, a abertura econômica, a inserção tecnológica e a redução do papel do Estado na economia.

Gráfico 5.2: Taxa de desocupação – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



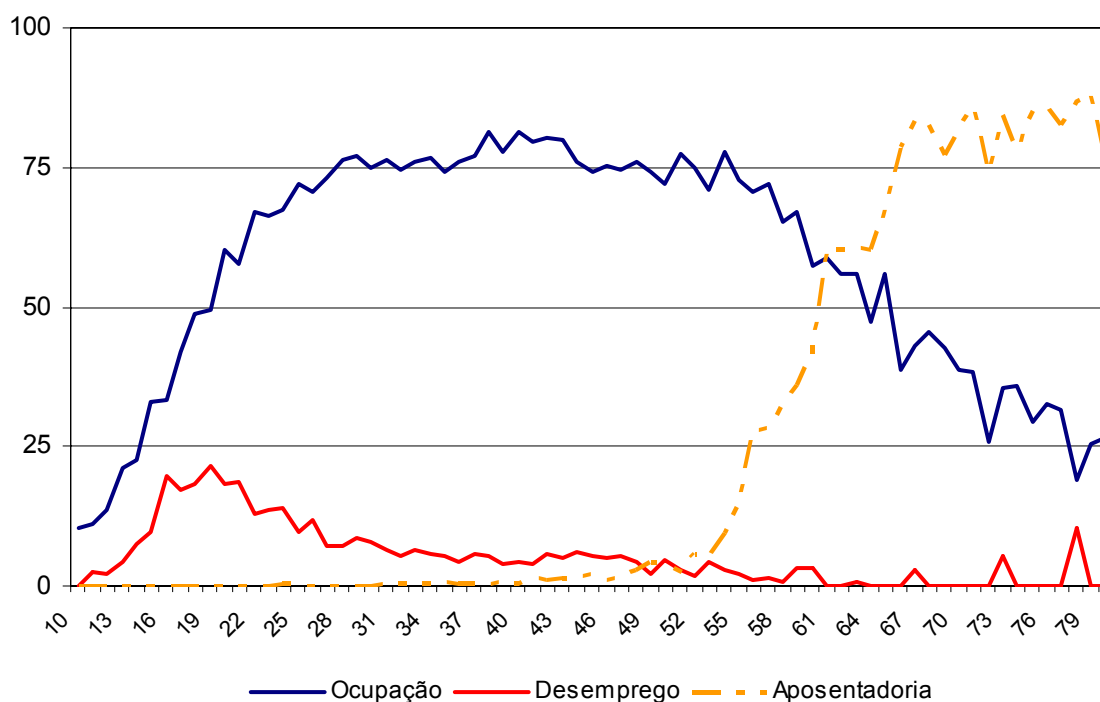
Fonte: IBGE/PNAD.

Todavia, apesar de apresentar um nível mais elevado, a partir de 2002 esse indicador sofreu pequenas oscilações, mas notórias. No Nordeste, o desemprego apresenta uma trajetória crescente no tempo, enquanto Brasil e Ceará apresentam oscilações. No entanto, o Ceará possui taxas de desocupação menores do que a do Brasil e Nordeste, respectivamente 7,8%, 9,0% e 9,3% em 2005.

Em uma análise do ciclo de vida da população cearense, é possível perceber de maneira mais clara o comportamento das taxas de ocupação e desemprego no Estado.

O Gráfico 5.3, abaixo, mostra que tanto a taxa de ocupação quanto a taxa de desemprego se elevam na a população jovem (até 25 anos de idade). É importante observar que um dos objetivos a ser alcançado pelo jovem é o primeiro emprego, onde a atividade de busca por emprego tem início.

Gráfico 5.3: Taxa de ocupação, desocupação e aposentadorias por idade – Ceará – 2005



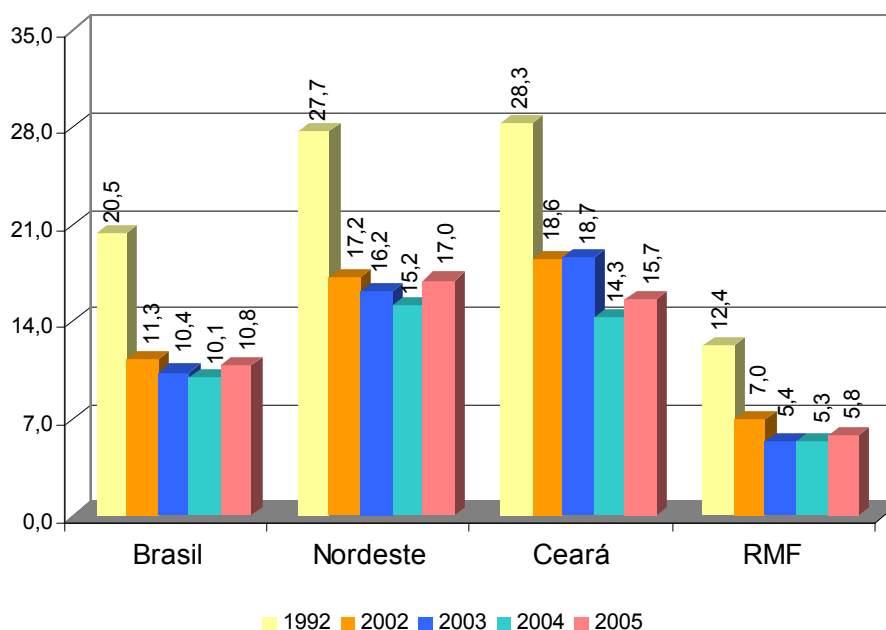
Fonte: IBGE/PNAD.

Como ambos indicadores apresentam taxas crescentes dentro da faixa etária de 10 e 25 anos, muito provavelmente, observar-se-á uma maior rotatividade da mão-de-obra jovem no mercado de trabalho em relação à população adulta (entre 30 e 60 anos de idade) e. Esta última apresenta elevadas taxas de ocupação e baixas taxas de desocupação, onde a estabilidade das ocupações é maior do que na população jovem e idosa. Por outro lado, a população idosa (a partir dos 60 anos) apresenta taxas de aposentadorias crescentes e mais elevadas do que as de ocupação, a qual se mostra decrescente com o aumento da idade. Isso reflete o fim do ciclo de vida dos indivíduos, onde o trabalho perde parte de sua relevância entre as pessoas.

Uma parcela bastante vulnerável da população, assim como os idosos, são os jovens de 10 a 14 anos de idade. Essa faixa etária é de intenso aprendizado e formação do capital humano. No entanto, a presença de

problemas sociais como pobreza e a desigualdade de renda, pode fazer com que essa parcela da população entre cada vez mais cedo no mercado de trabalho como alternativa para complementar a renda dos domicílios mais pobres. O Gráfico 5.4, abaixo, mostra a taxa de ocupação infantil ao longo dos anos.

Gráfico 5.4: Taxa de ocupação infantil (10 a 14 anos de idade) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

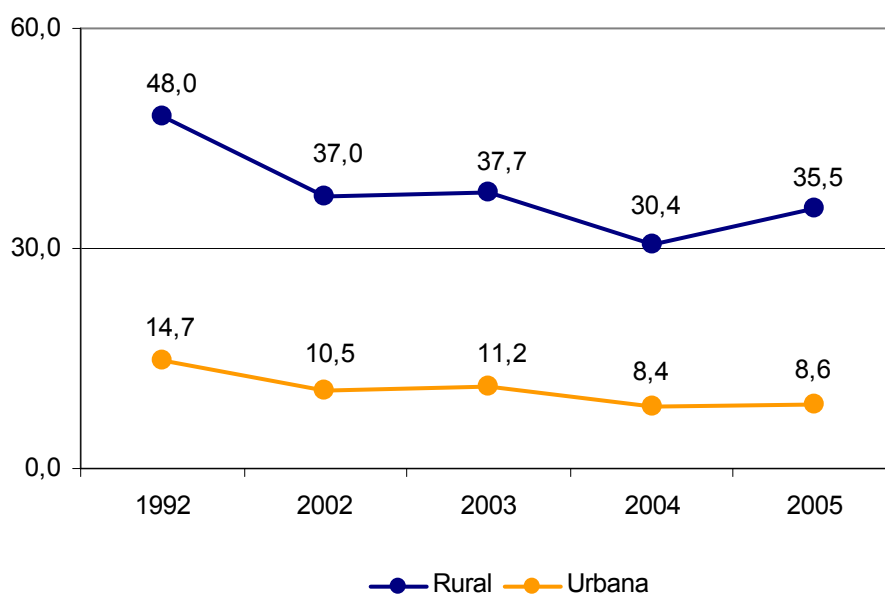


Fonte: IBGE/PNAD.

Observando o Gráfico 5.5, percebe-se que esse indicador sofreu uma forte queda entre os anos de 1992 e 2002. A redução do trabalho infantil nesses dez anos foi significativa, mas ainda permanece em níveis consideráveis entre 2002 e 2005. Nesse período, o Brasil vem apresentando uma tendência decrescente, enquanto no Nordeste e no Ceará esse indicador se mostra oscilante no tempo. Vale ressaltar que o trabalho infantil é maior na região Nordeste com uma taxa de ocupação de 17% em 2005. Apesar do Estado do Ceará apresentar um índice maior do que o Brasil (respectivamente, 15,7% e 10,8%), este ainda é menor do que o registrado para o Nordeste em 2005.

Ao considerar as áreas urbanas e rurais, a taxa de ocupação no Ceará apresenta diferenças elevadas. O Gráfico 5.5 mostra a taxa de ocupação infantil para as áreas urbana e rural do Ceará.

Gráfico 5.5: Taxa de ocupação infantil (10 a 14 anos de idade) urbana e rural –Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



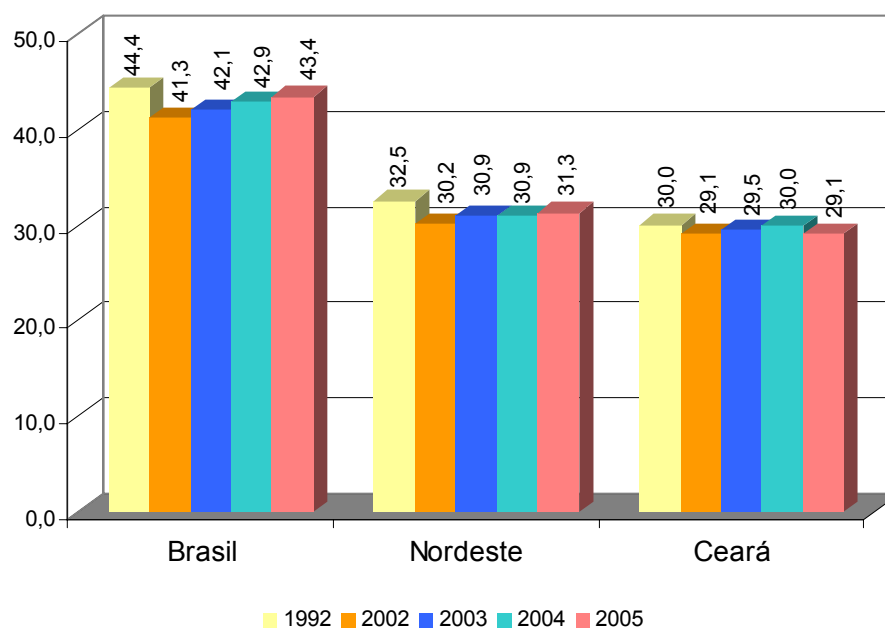
Fonte: IBGE/PNAD.

Em áreas rurais o trabalho infantil é bastante elevado, chegou a níveis de 48% em 1992, reduzindo 17,6 pontos percentuais em relação ao ano de 2004. Contudo, aumentou em 5,1 pontos percentuais entre 2004 e 2005. Apesar de apresentar uma trajetória decrescente, a taxa de ocupação infantil se mantém em níveis elevados em áreas rurais. Já em áreas urbanas, esse indicador se mostra decrescente ao longo do tempo, além de está em níveis mais baixos. Essa discrepância pode estar associada, em parte, pela ausência da instituição escola nas áreas rurais, diferentemente das áreas urbanas.

As ocupações podem ser divididas em duas categorias: as ocupações formais (carteiras assinadas, militares e funcionários públicos) e as ocupações informais (autônomos, empregados domésticos sem carteira

assinada e empregadores). O Gráfico 5.6 apresenta a taxa de ocupação formal urbana no período de 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Gráfico 5.6: Taxa de ocupação formal urbana – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



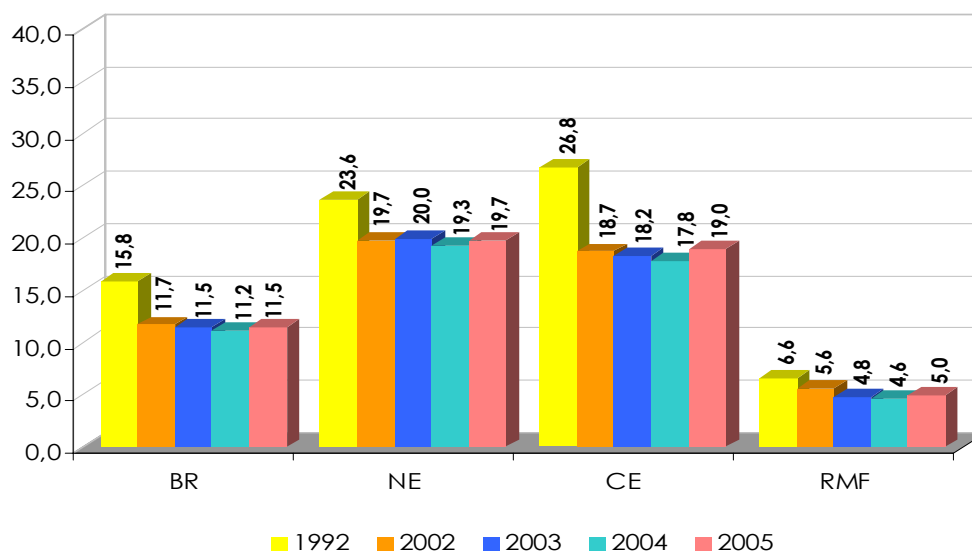
Fonte: IBGE/PNAD.

A taxa de ocupação formal urbana no Nordeste e no Ceará mantiveram-se praticamente estáveis ao longo dos anos, estando bem abaixo dos níveis registrados para o Brasil que apresenta uma tendência crescente ao longo do período analisado. Em 2005, a taxa de ocupação formal era de 43,4% para o Brasil, enquanto para o Nordeste e Ceará registrou-se 31,3% e 29,1%, respectivamente. Implicitamente, esse indicador mostra o espaço que a informalidade vem alcançando na economia brasileira e regional. A informalidade é um fenômeno está associado, principalmente, à estrutura do mercado de trabalho e as leis trabalhistas.

O salário mínimo vem se caracterizando como uma variável de política pública bastante relevante. Com a estabilidade inflacionária, o salário mínimo exerce um importante papel na redução da pobreza e na

atração de mão-de-obra em busca de emprego. Desta forma, um dos indicadores observados foi o percentual da população ocupada sem rendimentos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF no período de 1992 a 2005.

Gráfico 5.7: Percentual da população ocupada sem rendimento – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

A evolução deste indicador é apresentada no Gráfico 5.7 (acima descrito) e na Tabela 5.1, onde este demonstra uma tendência de redução contínua entre os níveis espaciais analisados entre os anos de 1992 e 2005. Essa tendência de longo prazo se mantém, pois o percentual de pessoas ocupadas sem rendimento se reduz proporcionalmente em aproximadamente 29,2%, entre os anos de 1992 e 2005. Verifica-se, ainda, que o Ceará sofreu uma redução de aproximadamente 6,5% no total de pessoas ocupadas sem rendimento no mesmo período.

Contudo, esse indicador sofreu uma elevação no curto prazo, entre os anos de 2004 e 2005, considerando Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza. Em relação ao Ceará, a variação proporcional nesse índice foi de 6,5%, respectivamente.

Da mesma forma, na RMF, a população ocupada sem rendimentos decresceu entre 1992 e 2005, onde a redução proporcional foi de 24,7%. Contudo, o comportamento no curto prazo (entre 2004 e 2005) seguiu a tendência regional, onde se verificou um aumento proporcional de 8,0%, no respectivo indicador.

Tabela 5.1: Participação nas classes de rendimento da população ocupada – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

Classes de Rendimento	Período de Análise				
	1992	2002	2003	2004	2005
Brasil					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	53,04	53,34	53,74	56,12	59,06
De 2 a 10 s.m.	26,44	29,50	29,25	27,53	25,28
Acima de 10 s.m.	3,17	4,20	4,15	3,69	3,00
Sem rendimento	15,85	11,70	11,52	11,16	11,52
Sem declaração	1,51	1,25	1,35	1,50	1,14
Nordeste					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	60,04	64,30	64,36	65,83	67,23
De 2 a 10 s.m.	12,02	13,30	13,03	12,16	11,05
Acima de 10 s.m.	1,29	1,75	1,70	1,68	1,34
Sem rendimento	23,60	19,74	19,98	19,25	19,71
Sem declaração	3,06	0,91	0,92	1,08	0,68
Ceará					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	60,85	65,69	67,32	68,72	68,66
De 2 a 10 s.m.	10,28	12,89	12,29	11,22	9,97
Acima de 10 s.m.	1,17	1,62	1,46	1,41	1,19
Sem rendimento	26,85	18,68	18,24	17,81	18,97
Sem declaração	0,85	1,11	0,70	0,85	1,21
RM de Fortaleza					
	Valor Percentual				
Até 2 s.m.	69,28	67,19	69,40	71,69	73,36
De 2 a 10 s.m.	20,94	23,07	22,21	19,75	18,28
Acima de 10 s.m.	2,69	3,41	3,06	3,03	2,33
Sem rendimento	6,63	5,62	4,78	4,62	4,99
Sem declaração	0,46	0,70	0,56	0,91	1,04

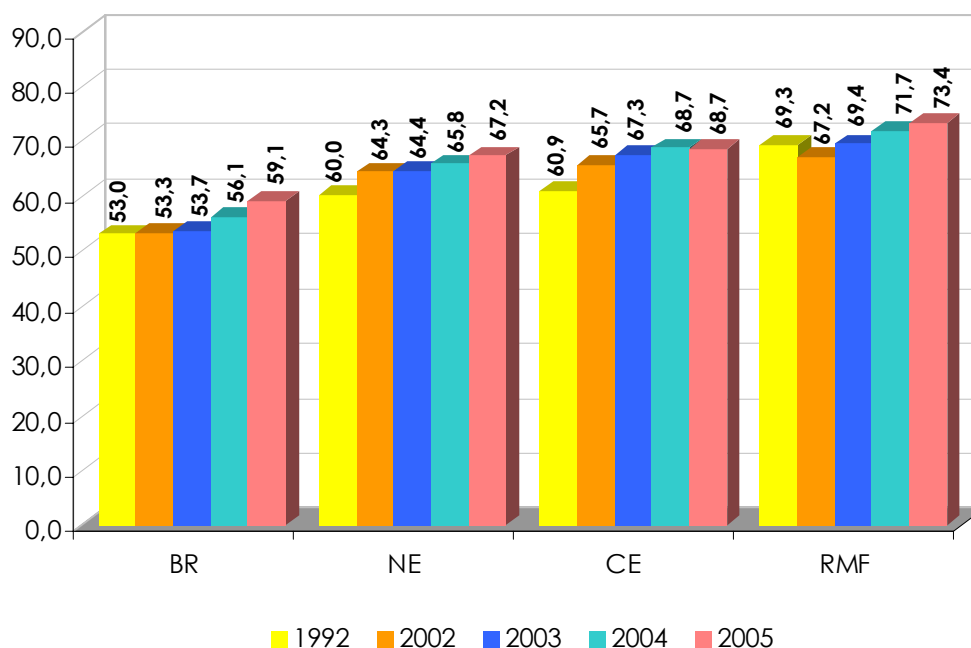
Fonte: IBGE/PNAD.

Outra tendência observada entre os níveis espaciais analisados foi a elevação no percentual da população ocupada com rendimentos até dois salários mínimos, no período de 1992 a 2005.

A evolução deste indicador é apresentada no Gráfico 5.8, onde se observa que em 2005, aproximadamente, 67,2% da população nordestina ocupada possuíam rendimentos até dois salários mínimos. Em relação ao

Ceará, esta participação cresceu de 60,9%, em 1992, para 68,7%, em 2005. Nesse mesmo período, esse indicador passou de 69,3% para 73,4%, ao considerar a Região Metropolitana de Fortaleza.

Gráfico 5.8: Percentual da população ocupada com rendimento até 2 salários mínimos – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Ainda segundo se verifica, entre 2002 e 2005, no Ceará, o percentual de pessoas ocupadas que auferiam rendimentos até dois salários mínimos apresentou uma elevação de 4,5%. Para a região metropolitana de Fortaleza, esse aumento proporcional foi de 9,2% (Gráfico 5.8).

No caso cearense, essa performance representa um avanço, pois, a elevação do percentual da população ocupada com rendimento até dois salários mínimos vem se dando exatamente no mesmo período em que a participação de trabalhadores ocupados sem rendimento vem se reduzindo, excetuando-se o aumento ocorrido entre os anos de 2004 e 2005. Vale ressaltar que, muito provavelmente, o aumento do número de

pessoas ocupadas sem rendimento entre 2004 e 2005 pode ter sido motivado por um maior fluxo de indivíduos transitando da inatividade para ocupação (formal ou informal).

Todavia, conforme estes dados, mais pessoas conseguiram obter ocupações remuneradas no Estado, o que é significativo, principalmente ao se constatar que o salário mínimo vem ganhando poder de compra real nos últimos anos, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

II.6 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA

No que se refere à distribuição de renda, são apresentadas nos Gráficos 6.1 e 6.2, a seguir, a evolução do Índice de Gini³, com renda⁴ domiciliar e familiar *per capita*, respectivamente. Podemos perceber que o Estado do Ceará apresenta uma redução desse índice no período analisado, em ambos os índices, seguindo a tendência nacional e da região Nordeste.

Entretanto, quando se comparam estes índices em 2004 e 2005 com valores dos anos imediatamente anteriores, percebe-se que há uma elevação na desigualdade de renda, quebrando a tendência observada no Brasil e na região Nordeste, além da tendência temporal do próprio Estado.

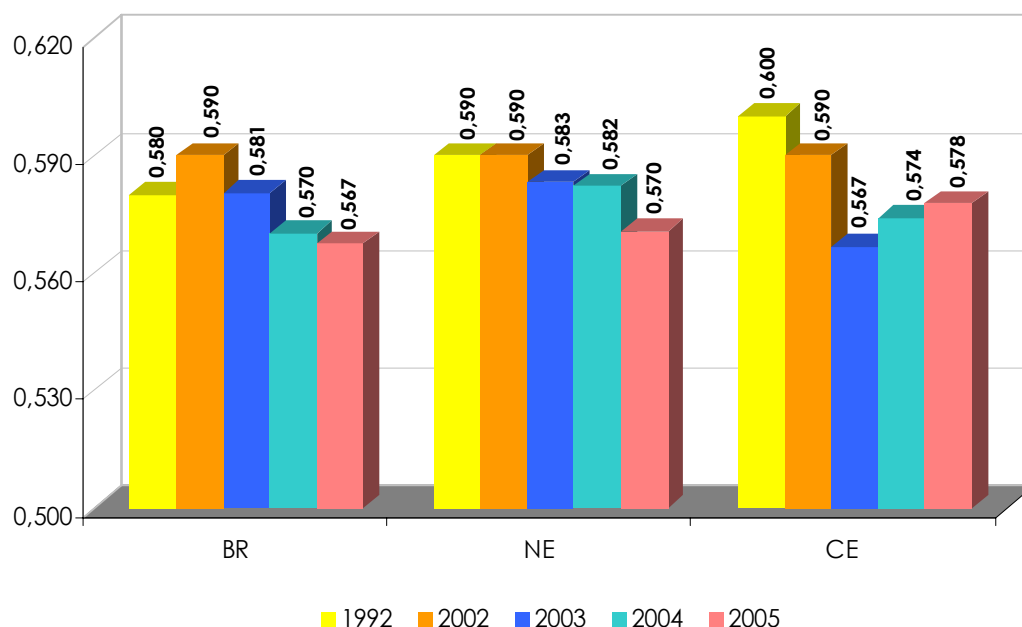
O índice de Gini com renda domiciliar *per capita* no Estado do Ceará, apresentado no gráfico 14A, saiu de 0,600 em 1992 para 0,578 em 2005, resultando em uma redução de 3,7% no período, superior às reduções verificadas na região Nordeste (3,3%) e no Brasil (2,2%).

A queda mais expressiva na desigualdade no Ceará foi observada em 2003 quando o índice de Gini se situou em 0,567, se situando abaixo inclusive da média nacional e do Nordeste naquele ano. No entanto, nos anos seguintes essa tendência de queda não se manteve, ocorrendo uma ligeira elevação nos anos seguintes.

³ Para mais detalhes sobre o cálculo do índice de Gini, ver Nota Técnica do IPECE, nº. 14.

⁴ Para efeitos de comparação, no presente estudo, considerou-se dois tipos de renda: a familiar e domiciliar (exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos, e parentes dos empregados domésticos). Além disso, a renda domiciliar *per capita* é vista como uma aproximação da renda familiar *per capita*, dado que em um domicílio pode haver mais de uma família.

Gráfico 6.1: Índice de Gini (Renda Domiciliar per capita) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

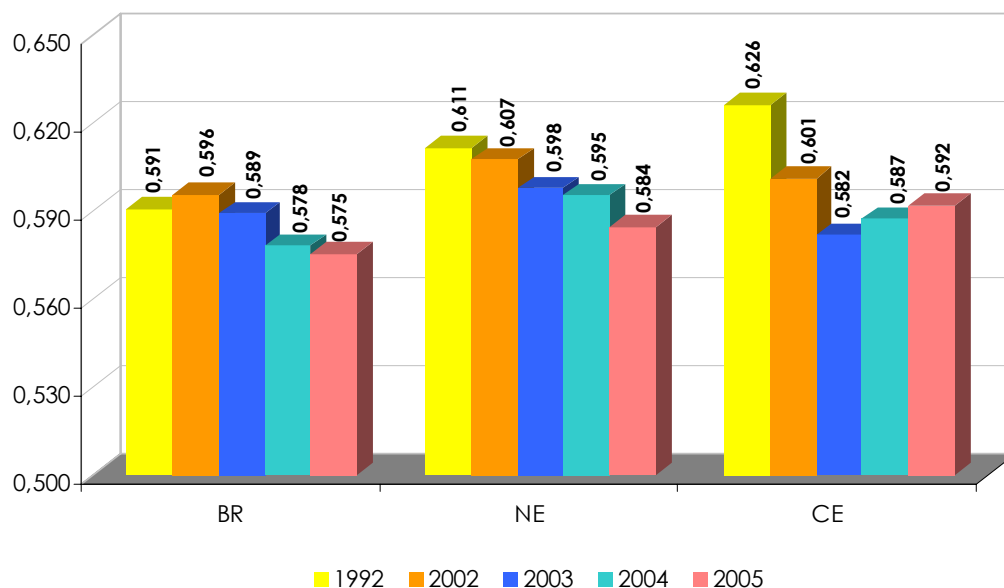


Fonte: IBGE/PNAD.

A evolução do índice de Gini calculado a partir da renda familiar *per capita* é apresentada no Gráfico 6.2. Nota-se que este indicador apresenta níveis mais elevados do que o calculado com a renda domiciliar *per capita*. Essa diferença de níveis se deve ao fato do Gini ser um índice bastante sensível a mudanças na distribuição dos valores de renda *per capita*.

Entretanto, o Gini calculado a partir da renda familiar *per capita*, mesmo quando se considera a renda domiciliar *per capita*, apresenta uma tendência de queda, no curto e longo prazo, para Brasil e Nordeste. Contudo, apesar da significativa queda ocorrida entre 2002 e 2003 para o Ceará, também se verificou uma variação positiva da desigualdade de renda entre os anos de 2003 e 2005 no Estado.

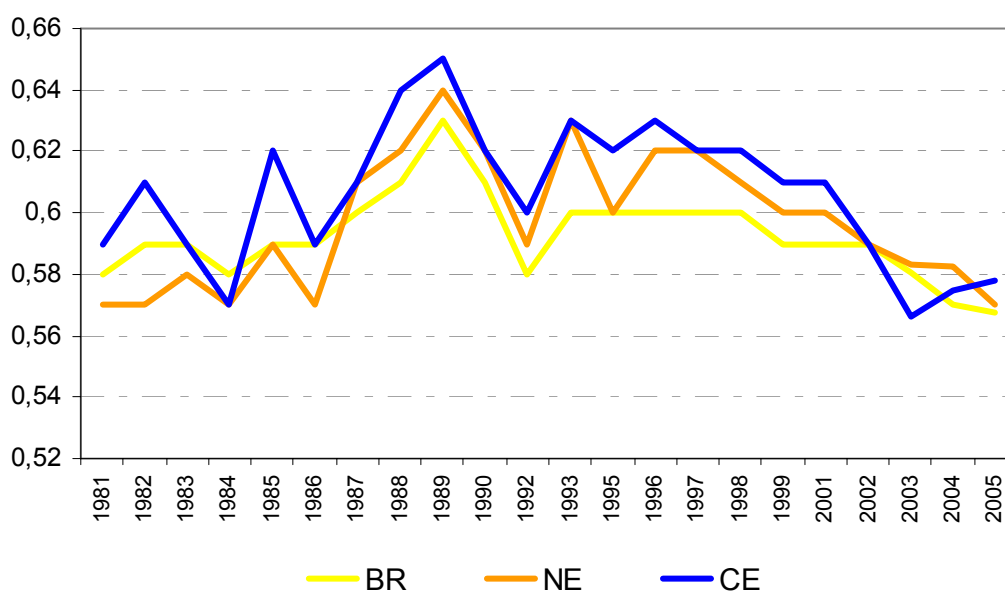
Gráfico 6.2: Índice de Gini (Renda Familiar per capita) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Essa tendência pode ser melhor observada no Gráfico 6.3, onde é apresentada a evolução do índice de Gini com renda domiciliar *per capita*, a partir de 1981.

Gráfico 6.3: Evolução do Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 1981/2005

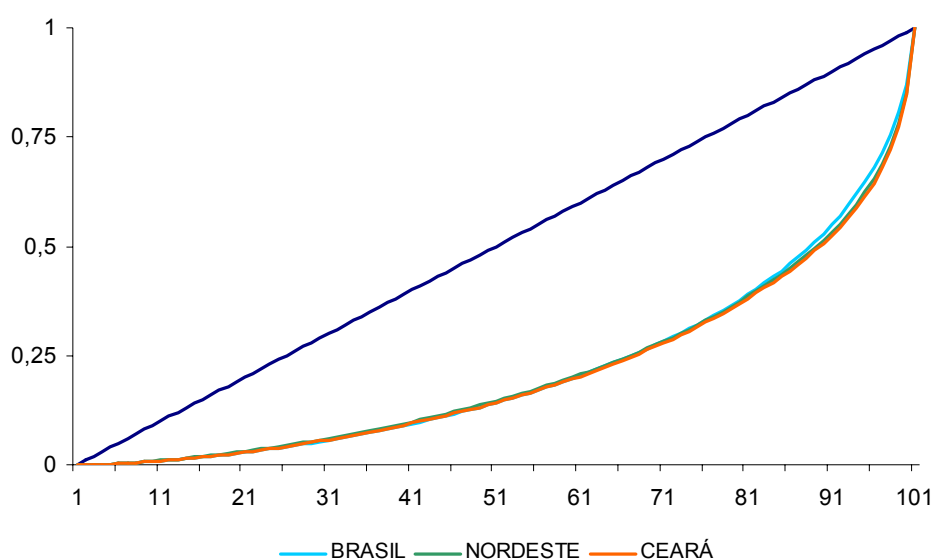


Fonte: IBGE/PNAD.

Nota-se que o índice de Gini no Estado do Ceará segue, em geral, a mesma tendência observada na região Nordeste e no Brasil. No entanto, em alguns anos essa tendência não é seguida, como nos últimos dois anos da série, em que o Estado do Ceará apresenta uma desigualdade de renda crescente, enquanto a região Nordeste e o Brasil seguem uma tendência declinante.

Uma outra forma de comparar graficamente o grau de concentração de renda entre as regiões geográficas é através da Curva de *Lorenz*, onde a linha reta de cor azul represente uma situação de perfeita distribuição de renda na população. Por outro lado, quanto maior a sinuosidade da curvatura, maior o grau de concentração de renda na população.

Gráfico 6.4 : Curva de *Lorenz* – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005

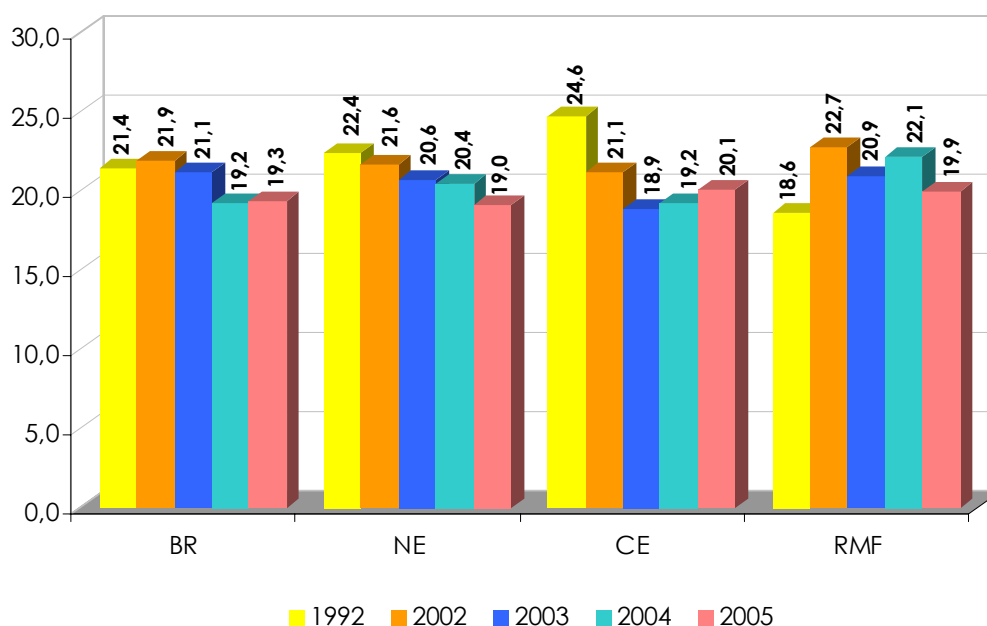


Fonte: PNAD/IBGE.

Portanto, no Gráfico 6.4, o Estado do Ceará apresentou uma concentração de renda maior que o Nordeste e o Brasil, pois sua curva de *Lorenz* está mais à esquerda do que as demais.

Um outro indicador de desigualdade de renda é a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população.

Gráfico 6.5: Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

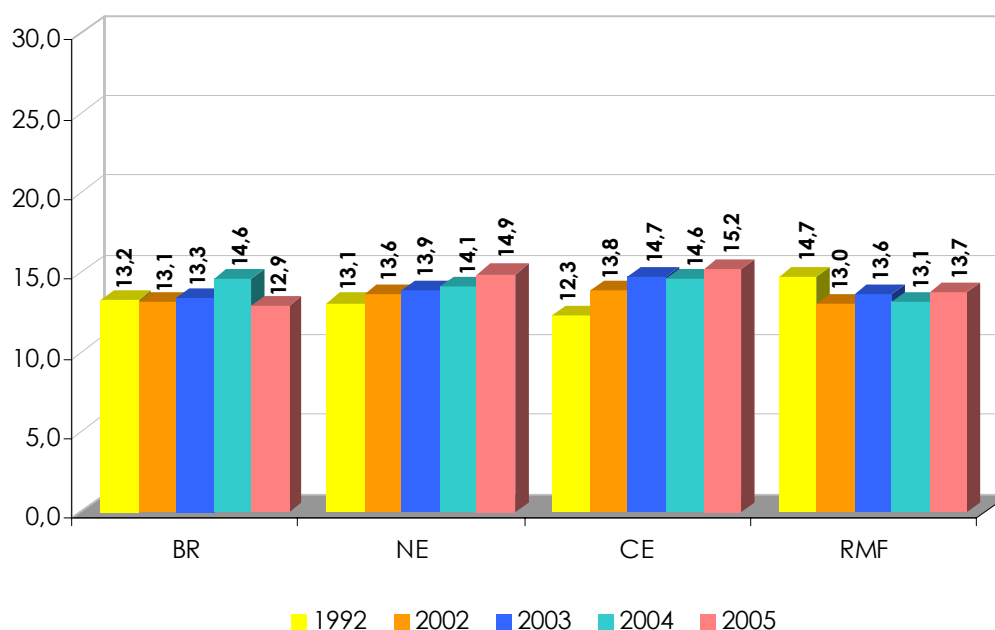


Fonte: IBGE/PNAD.

Este indicador, apresentado no Gráfico 6.5, segue a mesma tendência do índice de Gini. Observa-se uma tendência decrescente na concentração de renda em todas as regiões analisadas, com exceção do Estado do Ceará e a RMF que apresentam elevações nesse indicador em 2004, com a tendência crescente continuando em 2005 no Estado do Ceará.

Ainda no que diz respeito à distribuição de renda, o Gráfico 6.6 apresenta a evolução da proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres entre 1992 e 2005.

Gráfico 6.6: Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



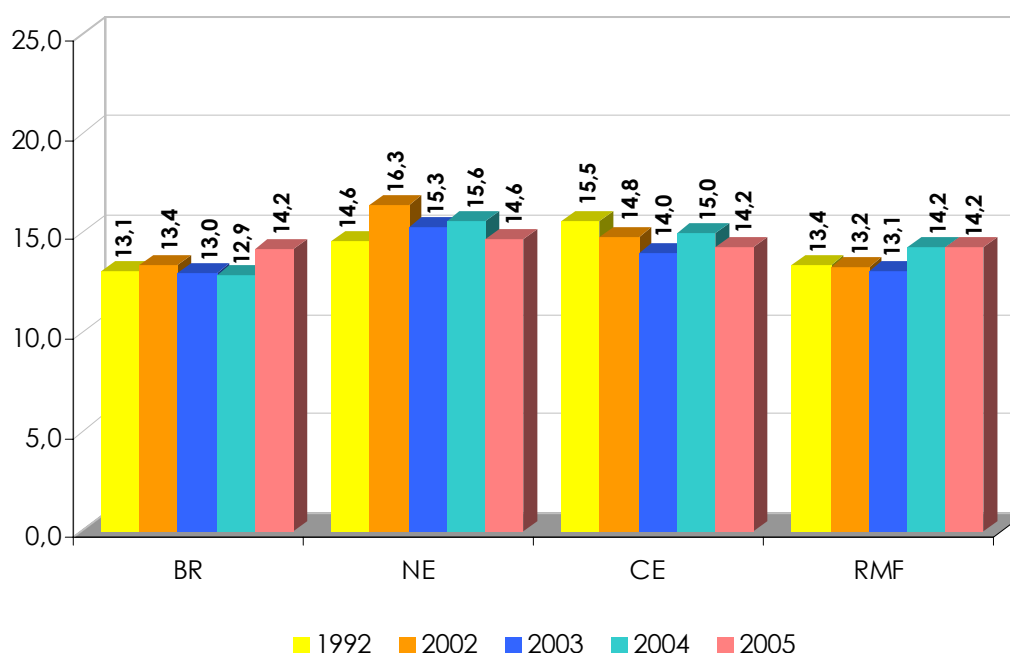
Fonte: IBGE/PNAD.

Nota-se que há uma elevação consistente na proporção de renda apropriada pelos mais pobres no Estado do Ceará no período em consideração, seguindo a tendência de crescimento observada na região Nordeste e divergindo das evoluções decrescentes observadas no Brasil e na RMF.

Deve-se destacar ainda que, o Estado do Ceará apresentou o maior crescimento em termos proporcionais neste indicador no período entre 1992 e 2005, com a renda apropriada pelos 50% mais pobres evoluindo em 23,86%, elevação esta, bem superior às apresentadas pelo Nordeste (17,87%), Brasil (-2,28%) e RMF (-6,64%).

Um outro indicador que avalia a distribuição de renda é a proporção de renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas da população. A evolução deste indicador pode ser observada no Gráfico 6.7.

Gráfico 6.7: Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



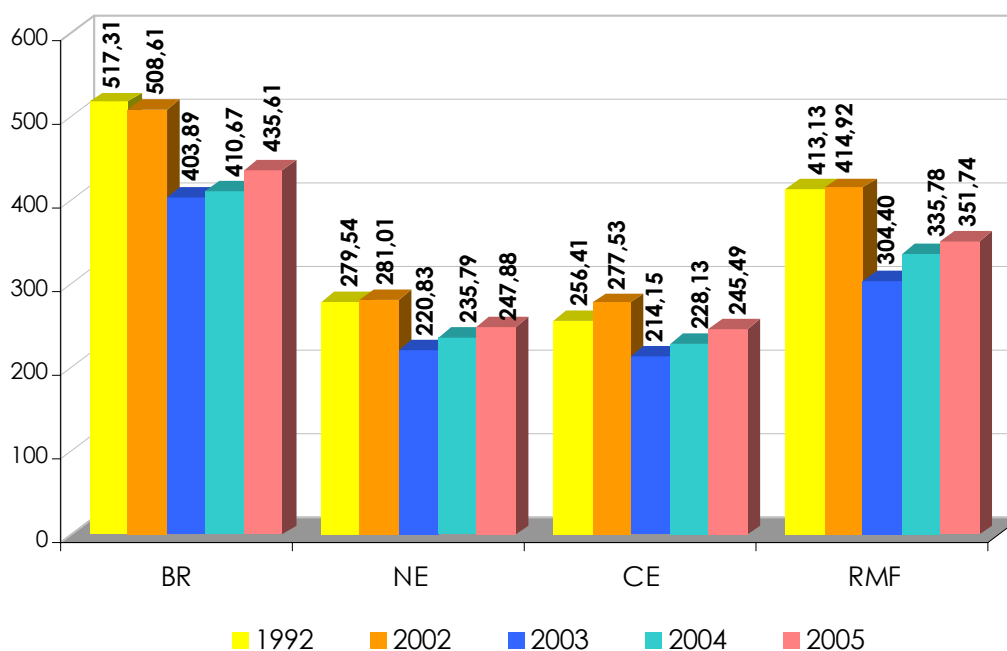
Fonte: IBGE/PNAD.

Observando-se este gráfico, nota-se claramente que o Estado do Ceará é a única região considerada que apresenta redução deste indicador no período entre 1992 e 2005, com queda proporcional de 8,5%. Quando se compara os valores em 2005, com os anos de 2004 e 2002, somente o Ceará e a região Nordeste apresentam queda na participação da renda apropriada pelos indivíduos 1% mais ricos.

No Gráfico 6.8, é apresentada a evolução da renda média domiciliar *per capita* em valores reais (09/2005 = 100), nos anos de 1992, e entre 2002 e 2005. Claramente, observa-se uma redução dos níveis de renda domiciliar real no Estado do Ceará em 2005, quando se compara com os valores de 1992 e 2002, assim como na RMF, seguindo a tendência de queda de renda existente na região Nordeste e no Brasil como um todo. Entretanto, observa-se que em todas as regiões ocorre uma recuperação gradativa

da renda real, não sendo suficiente, no entanto, para recuperar os níveis de 2002.

Gráfico 6.8: Renda domiciliar *per capita* real - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

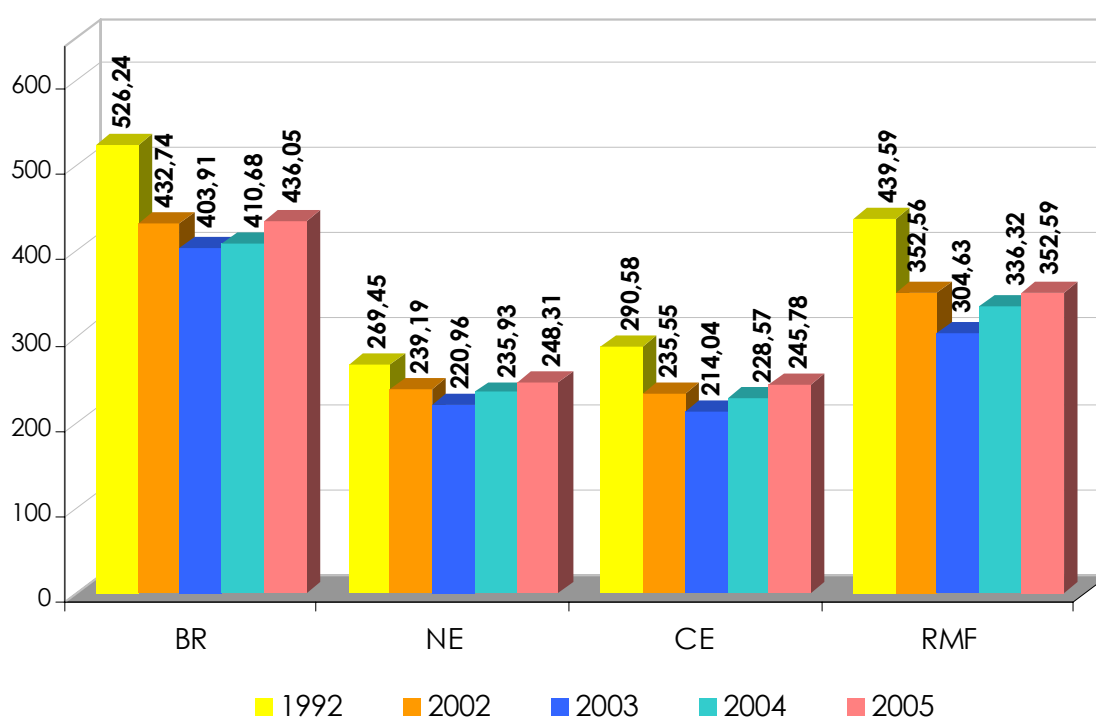
Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100).

Mesmo com essa perda de rendimento verificada em todas as regiões, vale destacar que o Estado do Ceará consegue a melhor recuperação, com a menor redução de renda domiciliar *per capita* real entre 1992 e 2005 (-4,26%), e entre 2002 e 2005 (-11,5%). Este melhor desempenho relativo é confirmado ao se observar às variações entre 2004 e 2005. O Ceará apresentou um ganho na renda familiar real *per capita* em termos relativos de 7,6%, sendo o melhor desempenho dentre as quatro áreas espaciais consideradas, visto que esta variável obteve um acréscimo de 6,07% no Brasil, 5,13% na região Nordeste e 4,75% na RMF.

Quando se considera a evolução da renda familiar *per capita* (Gráfico 6.9) observa-se uma tendência de longo prazo semelhante a aquela

verificada para renda domiciliar per capita (Gráfico 6.8). No entanto, fica claro que diferentemente da renda domiciliar, a recuperação ocorrida nos últimos anos foi suficiente para recompor os níveis de renda real de 2002, após a queda verificada em 2003 em decorrência da recessão naquele ano.

Gráfico 6.9: Renda familiar *per capita* real - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



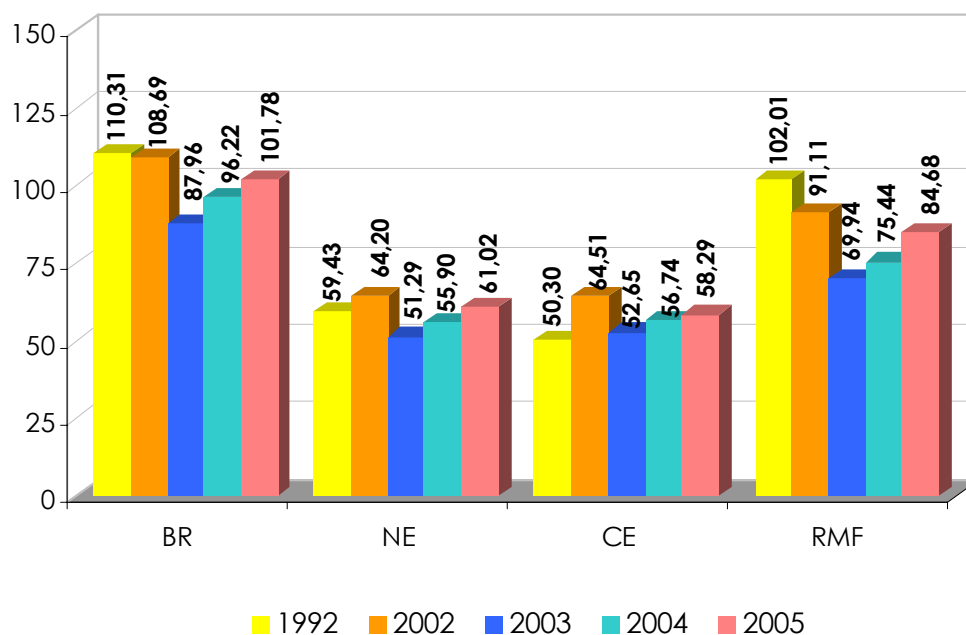
Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100)

No que tange aos 40% mais pobres, o Gráfico 6.10 mostra a evolução da renda domiciliar *per capita* real para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF. Como é possível observar, entre os anos de 1992 e 2003, houve uma redução drástica na renda familiar *per capita* real dos indivíduos que compõem a parcela dos 40% mais pobres, tanto a nível local, como a nível regional e nacional. Nos anos seguintes, de 2003 a 2005, observa-se

uma recuperação real do poder aquisitivo das famílias pobres, da mesma maneira como foi verificado para a população total.

Gráfico 6.10: Renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100).

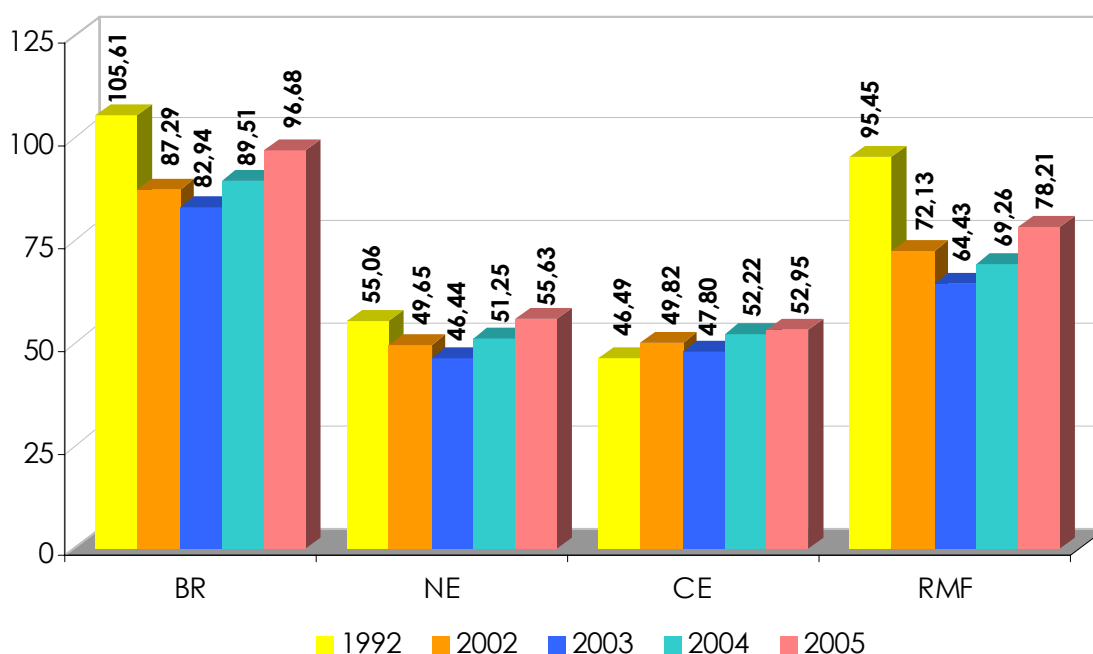
No caso do Ceará, a variação proporcional nesse índice foi de aproximadamente 3,0% (2004 – 2005). Contudo, essa recuperação da renda domiciliar *per capita* real dos 40% mais pobres foi bem inferior ao observado para o total da população, 7,6%.

Essa elevação de renda domiciliar *per capita* em termos reais pode estar indicando uma melhora nos indicadores de pobreza. Visto que, as famílias próximas à linha de pobreza, ao melhorar o poder aquisitivo, muito provavelmente, sairão desta condição.

Quando se considera a renda familiar *per capita* dos 40% mais pobres, apresentada no Gráfico 6.11, mais uma vez a tendência de longo prazo

apresenta uma trajetória similar à evolução da renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. A diferença mais evidente diz respeito a evolução nos últimos anos, onde os níveis de renda observados para em 2005 demonstram que a recuperação ocorrida nos últimos anos foi suficiente para recompor os níveis de renda de 2002, após a queda verificada em 2003.

Gráfico 6.11: Renda familiar *per capita* real dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002, 2003, 2004 e 2005



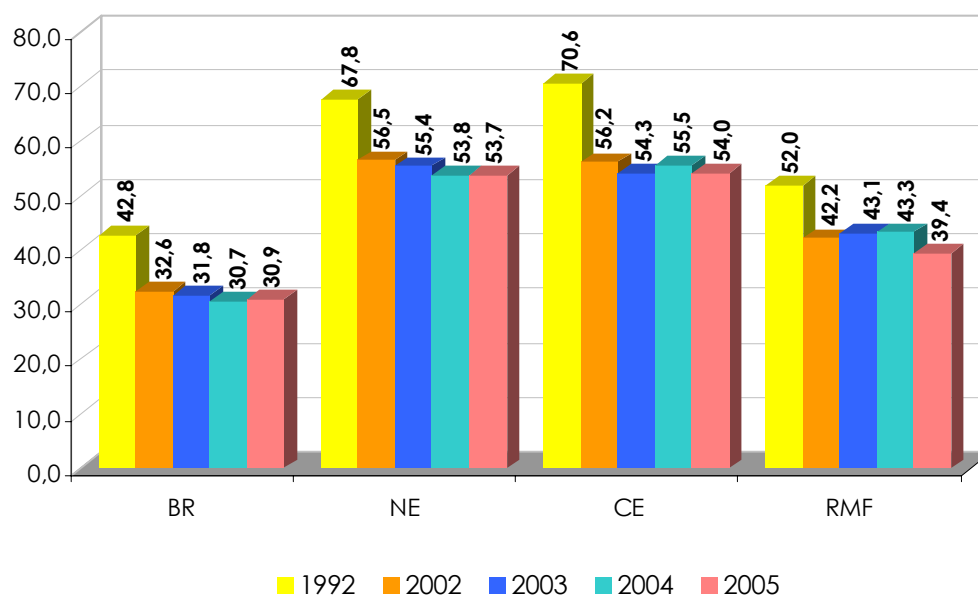
Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100).

Vale ressaltar que em 2005, o Estado do Ceará foi a única região a recuperar em termos reais os valores da renda familiar *per capita* em relação aos anos de 1992 (13,89%) e 2002 (6,28%).

A seguir, o Gráfico 6.12A mostra a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, pessoas com renda mensal inferior a meio salário mínimo.

Gráfico 6.12A: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

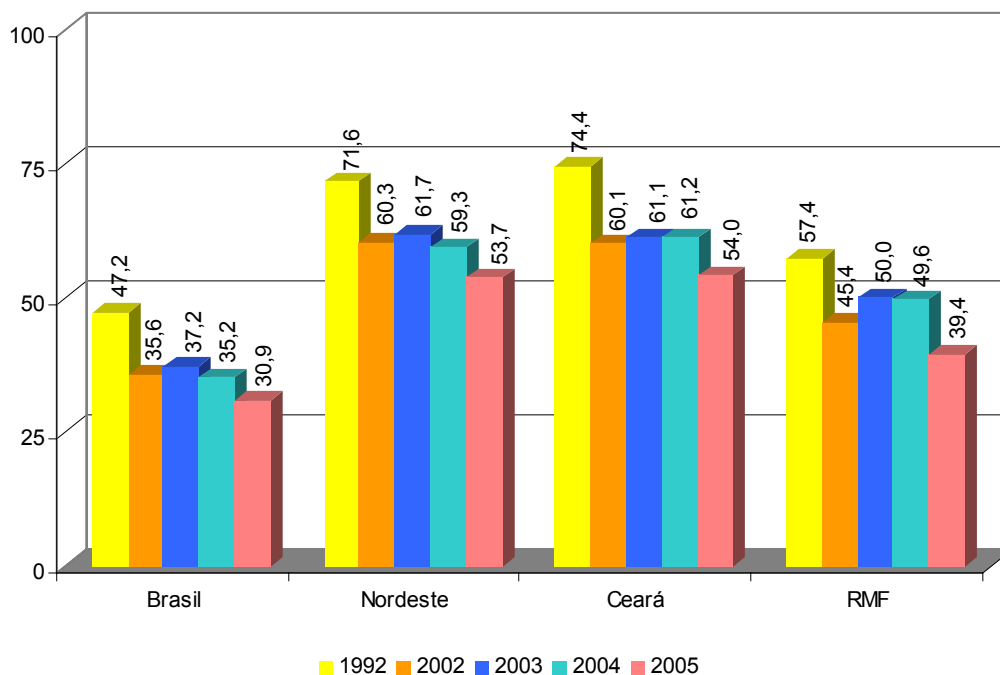
A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza vem diminuindo continuamente. Contudo, entre 2003 e 2004, o Ceará apresentou um ligeiro aumento relativo na proporção de pobres (2,3%). Ao se contabilizar, porém, o período de 2002 a 2005, observa-se redução proporcional deste indicador em aproximadamente 3,8% (Gráfico 6.12A).

Calculando a proporção de pobres a partir da renda domiciliar real (INPC: set. 2005 = 100), observa-se valores percentuais maiores para esse índice em todas as unidades geográficas consideradas no estudo. Isso se deve ao fato da linha de pobreza está em termos de salário mínimo de 2005, após o deflacionamento dos valores monetários.

Como é possível observa no Gráfico 6.12B, entre os anos de 2004 e 2005 observa-se uma significativa redução da pobreza no Ceará, onde a redução proporcional nesse índice foi de aproximadamente 11,8%.

Enquanto, essa redução para o Brasil foi de 12,2%, e para o Nordeste a redução ficou em torno de 9,4%.

Gráfico 6.12B: Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (em %) – valor real (INPC: set./05=100) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



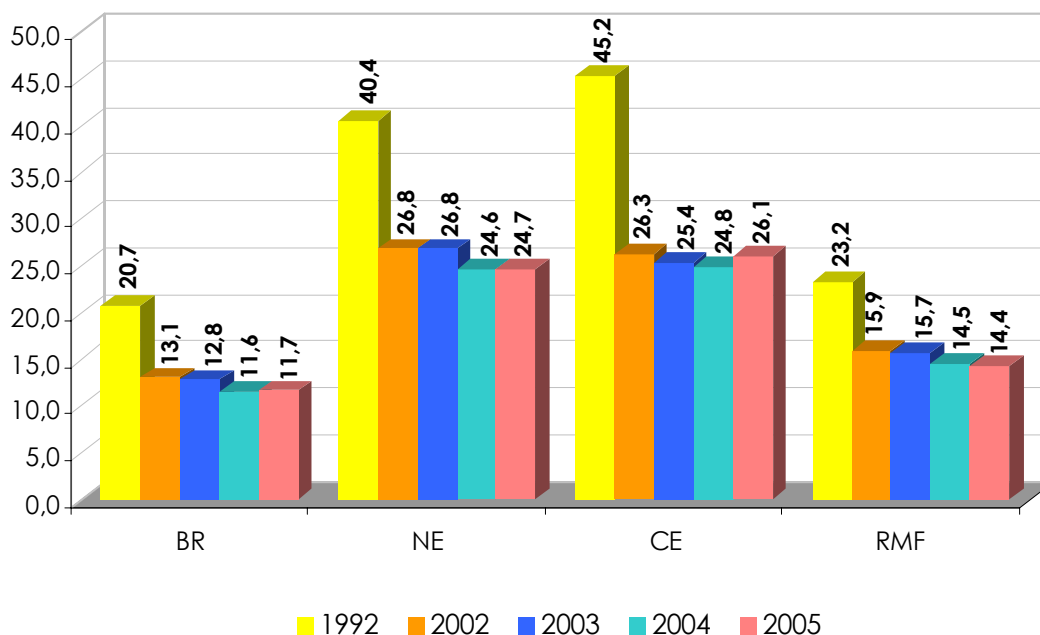
Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100).

Essa forte redução no grau de pobreza se deve em parte aos programas de transferências governamentais que, certamente, ajudaram a elevar a renda média familiar da população pobre.

A proporção de pessoas em extrema pobreza, ou seja, a proporção de pessoas que possuem renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo, é outro importante indicador a ser considerado neste estudo. Mas, como mostra o Gráfico 6.13A, este indicador vem apresentando, entre 1992 e 2005, consideráveis reduções para as quatro áreas espaciais em análise.

Gráfico 6.13A: Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005

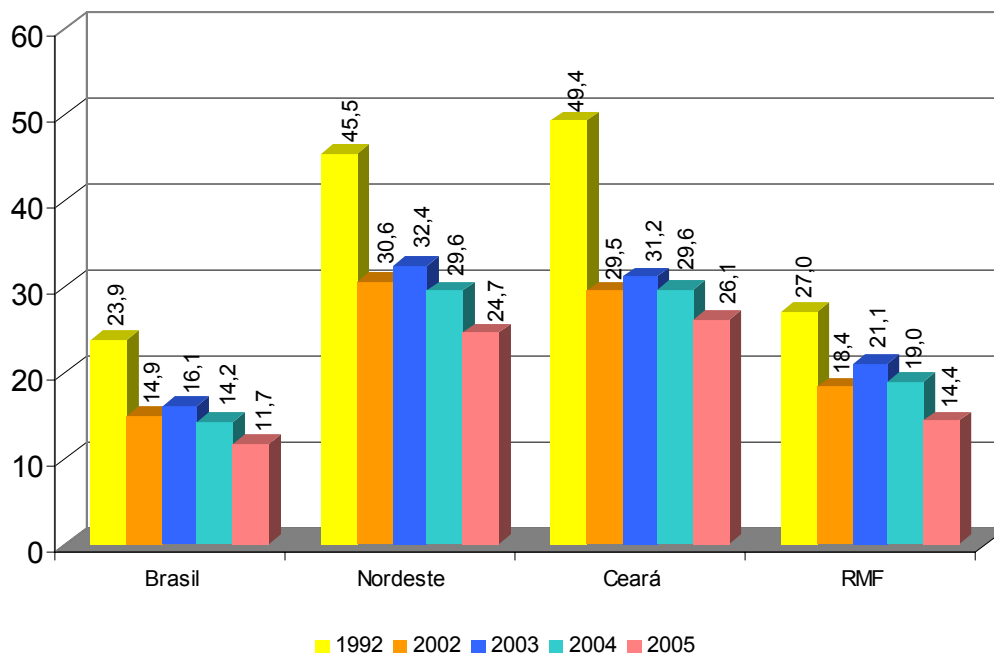


Fonte: IBGE/PNAD.

De 1992 a 2005, o Estado do Ceará conseguiu reduzir expressivamente proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Nesse período, a redução proporcional observada nesse índice foi de 42,29%, sendo superior à alcançada pelo Nordeste (39,0%), mas inferior à redução observada para o Brasil (43,6%). Todavia, entre os anos de 2004 e 2005, registrou-se uma elevação na proporção de famílias na condição de indigência, onde a variação proporcional foi de 5,29%, seguindo a tendência observada para o Nordeste e Brasil (onde a variação proporcional foi de 0,77% e 0,28%, respectivamente).

No entanto, ao considerar a proporção de indigentes baseada na renda domiciliar real (INPC: set. 2005 = 100), observa-se reduções significativas neste indicador, como mostra o Gráfico 6.13B.

Gráfico 6.13B: Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (em %) – valor real (INPC: set./05=100) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Deflator: INPC/IBGE (09/2005 = 100).

Para o Ceará, a redução proporcional na proporção de indigentes está em torno de 11,9%. Enquanto para o Brasil e Nordeste, essa redução foi de aproximadamente 18% e 16,6%, respectivamente.

Essa menor redução proporcional do número de indigentes em relação ao número de indivíduos pobres no Ceará pode ser fruto de uma má distribuição de renda dentro das classes mais pobres. Ou seja, o ganho de poder aquisitivo, observado no Gráfico 6.10 e 6.11, pode ter sido mais intenso apenas para os indivíduos que estão próximos à linha de pobreza em detrimento daqueles que estão próximos da linha de indigência. Isso implica que possivelmente os menos pobres estão melhorando sua condição de bem-estar, enquanto os mais pobres estão enfrentando uma situação inversa.

II.7 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano é um dos principais temas abordado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU divulga anualmente um relatório (Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH), o qual classifica diversos países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida

ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

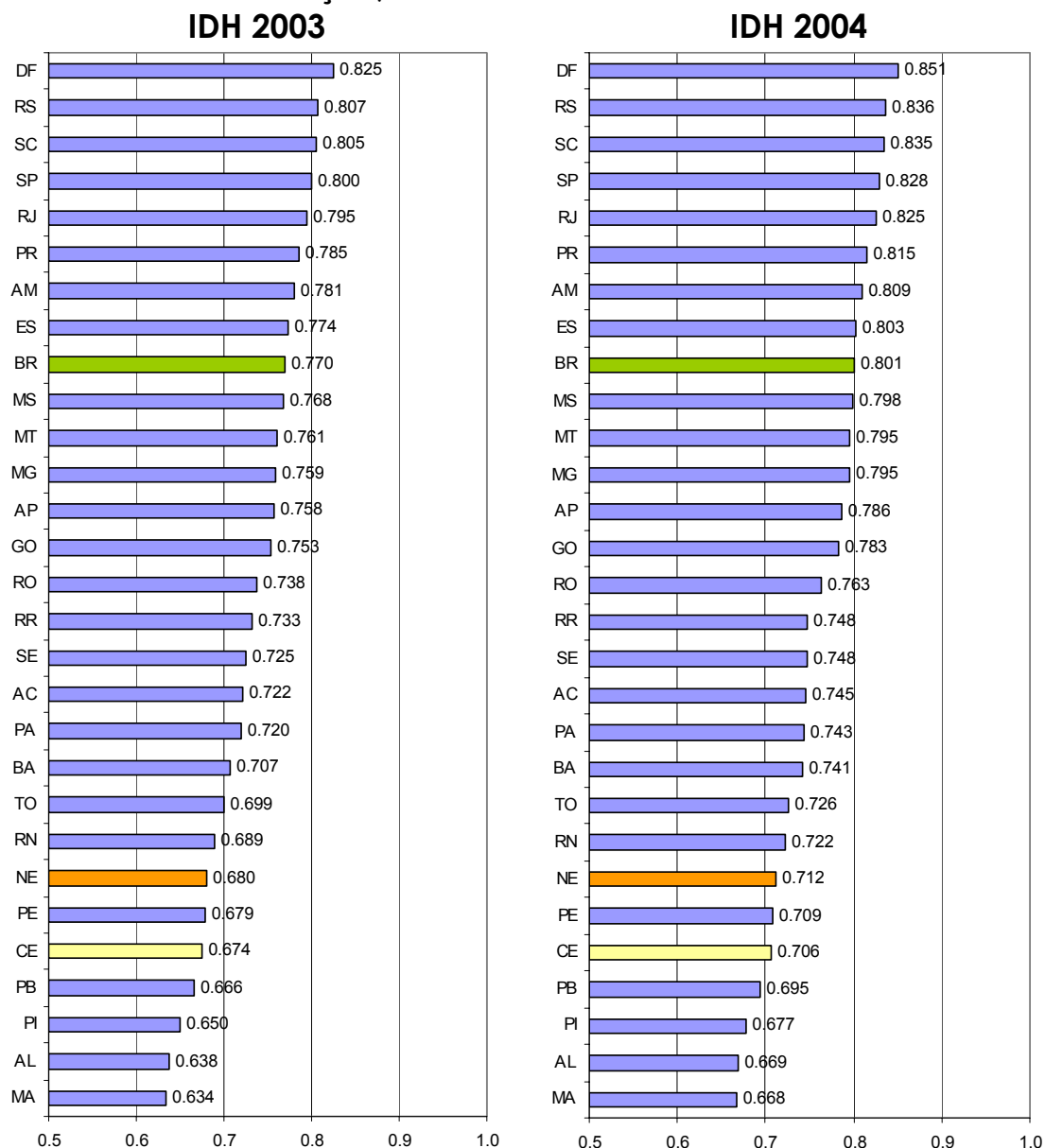
Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵, que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Visto que o Ceará está inserido dentro dos objetivos das Metas do Milênio, houve a necessidade de realizar o cálculo do IDH para as unidades da federação seguindo a metodologia do RDH (ONU), a partir dos dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Desta forma, é possível observar a evolução do Estado do Ceará dentro do contexto nacional.

O Gráfico 8.1, a seguir, apresenta o índice de desenvolvimento humano para as unidades da federação, região Nordeste e Brasil, para os anos mais recentes, 2003 e 2004.

⁵ O Atlas de Desenvolvimento Humano é um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

Gráfico 8.1: Índice de Desenvolvimento Humano – Unidades da Federação, Nordeste e Brasil – 2003 e 2004

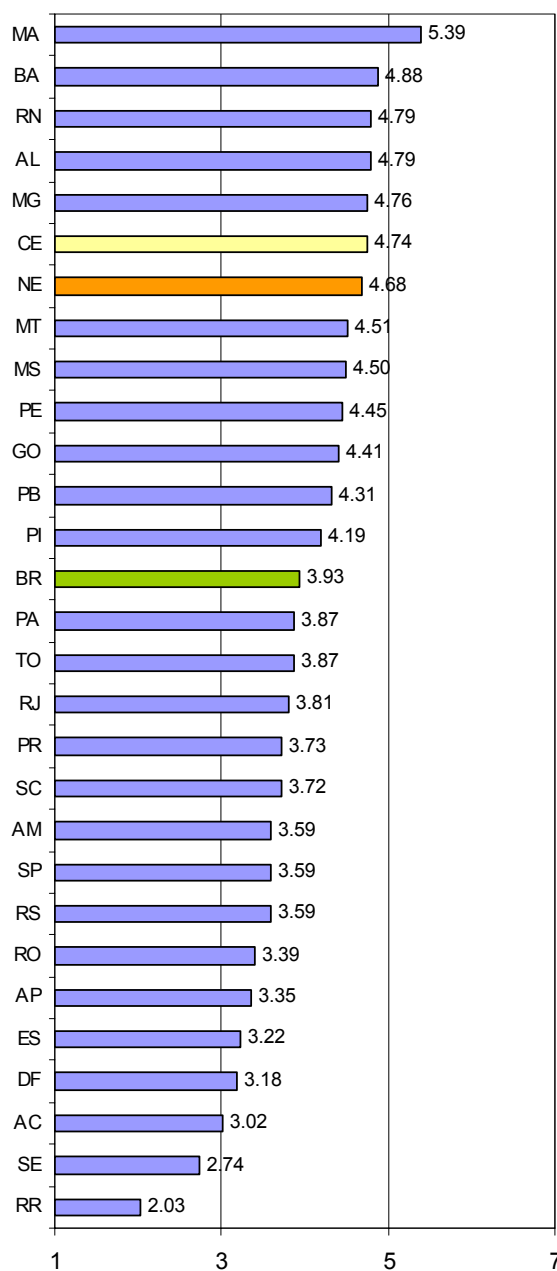


Fonte: PNAD/IBGE.

Como é possível observar, o Estado do Ceará manteve a mesma posição relativa no IDH, 23º colocado entre as 27 unidades da federação. Além disso, o índice calculado para o Ceará nos dois anos, se manteve abaixo das médias calculadas para a região Nordeste e Brasil.

Apesar da baixa colocação relativa do Estado do Ceará entre as unidades da federação, em termos de crescimento do IDH o Ceará obteve o 6º melhor desempenho entre 2003 e 2004, como mostra o Gráfico 8.2.

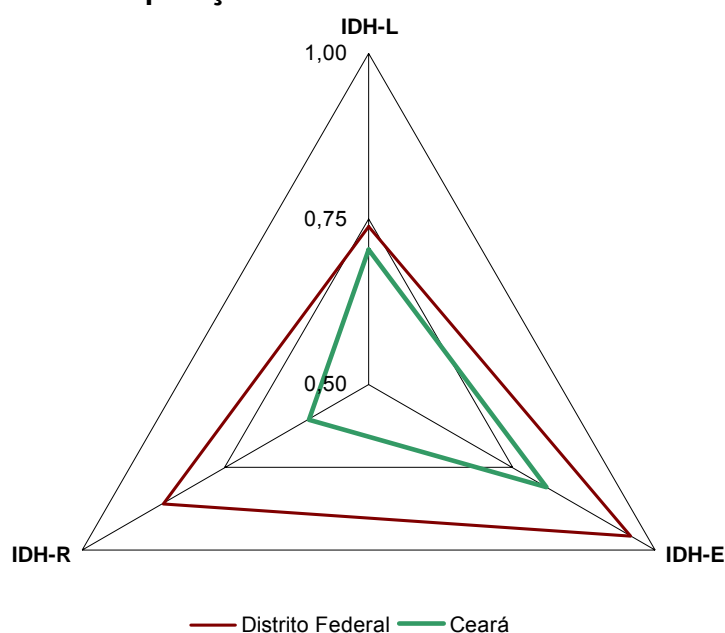
Gráfico 8.2: Crescimento proporcional do IDH – Unidades da Federação, Nordeste e Brasil – 2003 e 2004



Fonte: PNAD/IBGE.

O crescimento do Ceará nesse índice foi de aproximadamente 4,74%, superando o crescimento do Nordeste (4,68%) e Brasil (3,9%). Além disso, é possível observar a distância do Ceará em relação ao melhor colocado dentre as unidades da federação ao decompor o IDH nas suas três dimensões: renda (IDH-R), longevidade (IDH-L) e educação (IDH-E), como mostra os Gráficos 8.3 e 8.4.

Gráfico 8.3: Decomposição do IDH – Ceará e Distrito Federal – 2004

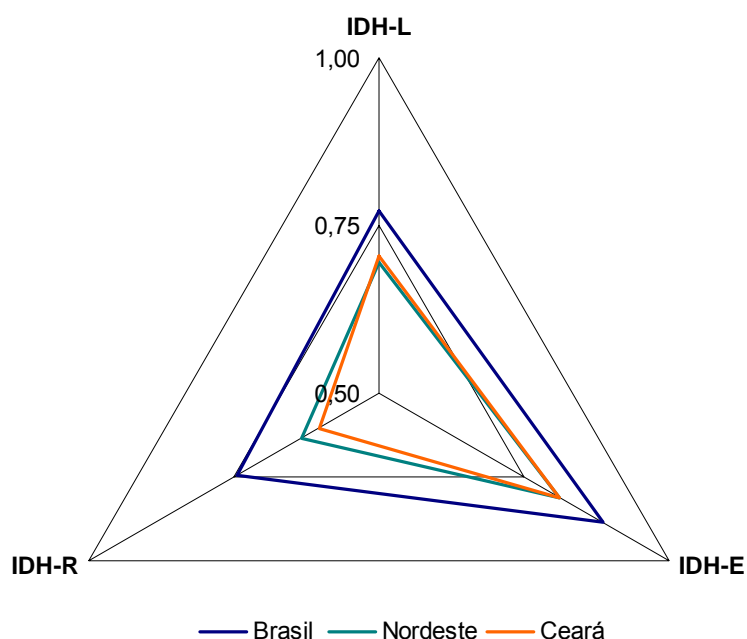


Fonte: PNAD/IBGE.

Observando a decomposição do IDH, perceber que o Ceará tem avançado significativamente na educação em relação à renda e longevidade. No entanto, dentre os níveis de decomposição, o Ceará se aproxima do Distrito Federal apenas em termos de longevidade (IDH-L), distanciando-se com relação à renda (IDH-R) e educação (IDH-E).

Além disso, percebe-se que em termos de longevidade e educação, o Ceará está melhor ou igual à média observada para o Nordeste. Porém, em termos de renda, o Ceará está abaixo da média nordestina.

Gráfico 8.4: Decomposição do IDH – Brasil, Nordeste e Ceará – 2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Em relação à média brasileira, o Ceará possui uma grande distância com respeito ao indicador de renda (IDH-R), e se matem abaixo do Brasil em todos os níveis de decomposição. Contudo, possui significativos avanços em relação ao indicador de educação (IDH-E).

COMENTÁRIOS FINAIS

A análise dos indicadores sociais do Estado do Ceará ao longo do tempo evidencia os significativos avanços alcançados nos últimos anos. Observou-se que tanto em termos absolutos e, principalmente, em termos de performance, a condição social da população cearense vem avançando consideravelmente em comparação à região Nordeste e ao Brasil.

Ao observar os indicadores sociais no médio e curto prazo, fica evidenciado que ainda há espaço para o aprofundamento desses avanços e como também para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a melhorias das condições de vida da população cearense.

Nesse estudo destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da saúde, condições de domicílio, educação e mercado de trabalho. Apesar da elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm indicado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável.

Por outro lado, a baixa velocidade de redução das desigualdades sociais no Brasil, bem como no Estado do Ceará, se reflete nos crescentes índices de criminalidade. Por exemplo, a elevada taxa de homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos, se apresenta como um trágico cenário social. A educação certamente seria uma política pública que mudaria tal cenário, devendo-se levar em consideração o curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que ainda se observa no Ceará, assim como em todos os outros Estados da região Nordeste, uma forte estrutura de analfabetismo na população adulta, o que pode estar refletindo um choque entre

gerações, ou seja, uma população composta por adultos menos educados e jovens mais educados.

De uma forma geral, conclui-se que as condições sociais no Estado do Ceará avançaram significativamente nesse início de milênio. Contudo, há ainda a necessidade de melhorias em diversas áreas sociais para que a população alcance uma condição social satisfatória. A partir desse diagnóstico, pretende-se privilegiar a formulação e implementação de políticas públicas adequadas e eficientes, e que atenda as necessidades básicas da população cearense, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços públicos de qualidade e maior equidade social.

A N E X O S

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente					Taxa de urbanização (%)					Razão de sexo					Razão de dependência				
	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005
Brasil	146,00	173,39	175,99	182,06	184,39	77,97	84,17	84,35	83,01	82,82	96,34	95,19	95,23	94,95	95,04	64,12	52,29	51,06	50,97	50,01
Nordeste	43,32	49,37	49,95	50,53	51,07	61,23	70,58	70,87	71,50	70,75	94,96	96,11	96,078	95,37	95,84	78,68	60,28	59,11	57,35	56,63
Ceará	6,48	7,76	7,88	8,00	8,11	62,52	75,14	75,73	76,52	75,69	94,13	92,65	94,289	94,14	93,74	79,10	64,11	61,08	58,35	57,89
Área censitária																				
RMF	2,39	3,17	3,23	3,30	3,35	97,35	97,23	97,06	97,52	96,82	90,53	88,36	91,987	88,75	90,55	65,67	53,04	52,14	50,28	50,26
Reg não Metropolitana	4,10	4,60	4,65	4,70	4,75	42,25	59,92	60,91	61,80	60,77	96,29	95,72	95,921	98,11	96,05	87,97	72,73	67,94	64,55	63,76
Situação domicílio																				
Urbana	4,05	5,83	5,97	6,12	6,14	-	-	-	-	-	89,96	90,50	91,171	91,02	91,09	72,36	59,30	57,56	55,02	55,07
Rural	2,43	1,93	1,91	1,88	1,97	-	-	-	-	-	101,51	99,44	104,71	105,08	102,48	91,60	80,63	73,15	70,30	67,38

Fonte: IBGE - Microdados da PNAD

CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Porcentagem de domicílios com energia elétrica					Porcentagem de domicílios com acesso adequado a água					Porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário adequado					Porcentagem de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado				
	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005
Brasil	88,8	96,7	97,0	96,8	97,2	73,6	82,0	82,5	82,2	82,3	54,8	67,3	68,1	68,3	69,0	66,0	75,8	76,5	73,3	78,1
Nordeste	73,2	90,9	91,7	92,8	93,5	55,2	70,6	72,1	73,1	73,9	29,2	42,4	43,6	45,0	46,0	43,1	56,0	56,8	59,3	59,7
Ceará	65,4	93,4	94,1	95,0	95,6	45,1	68,4	72,9	74,2	74,0	35,0	40,6	42,6	38,7	40,6	52,1	51,7	53,4	47,8	50,3
Área censitária																				
RMF	93,7	99,0	98,8	99,1	99,3	72,3	83,9	85,1	88,0	86,2	65,3	70,2	65,6	60,8	66,6					
Reg não Metropolitana	48,4	89,4	90,6	92,0	93,0	28,8	57,0	63,9	64,1	65,0	16,7	19,0	25,6	22,6	21,5					
Situação domicílio																				
Urbana	89,9	98,2	98,3	98,7	98,8	70,0	84,1	86,8	87,8	87,9	52,1	51,7	53,4	47,8	50,3					
Rural	21,4	77,4	79,5	81,6	84,7	0,4	14,8	24,7	24,3	26,1	4,1	3,0	5,1	5,7	7,1					

Fonte: IBGE-Microdados da PNAD

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Porcentagem de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo					Porcentagem de domicílios com parede e teto adequados					Porcentagem de domicílios com mais de duas pessoas por dormitório					Porcentagem de domicílios com geladeira					Porcentagem de domicílios urbanos com microcomputador			
	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	1992	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Brasil	81,7	95,9	96,5	96,3	97,0	94,0	97,0	97,2	96,9	97,3	33,5	23,8	22,3	22,4	21,5	71,5	86,7	87,3	87,4	88,0	16,3	17,8	17,8	21,5
Nordeste	66,1	90,3	91,8	90,8	92,8	85,1	92,5	93,1	93,4	93,9	38,2	29,8	28,1	27,2	26,5	44,0	67,5	69,0	70,7	71,8	7,8	8,5	10,9	10,5
Ceará	68,8	88,0	88,6	88,1	90,1	86,0	93,1	93,7	94,3	94,4	39,4	30,5	28,6	28,4	27,2	40,6	67,6	68,9	70,3	70,4	7,1	7,8	8,0	8,9
Área censitária																								
Reg Metropolitana						96,4	98,0	97,9	98,4	98,5	35,6	27,1	27,8	27,7	26,8	66,4	83,5	83,0	83,2	81,9				
Reg não Metropolitana						79,7	89,5	90,6	91,2	91,4	41,8	32,9	29,1	28,9	27,5	25,2	55,9	58,5	60,8	62,0				
Situação domicílio																								
Urbana						93,9	96,6	97,0	97,3	97,8	36,0	28,6	28,2	27,4	26,6	57,4	75,3	76,1	76,6	76,1				
Rural						71,7	81,1	82,4	83,0	82,8	45,7	36,9	29,9	32,0	29,3	10,5	41,2	43,9	47,1	51,0				

Fonte:IBGE-Microdados da PNAD

SAÚDE

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) (1)		Mortalidade proporcional por doença diarreica aguda em menores de 5 anos de idade (%) (2)			Mortalidade proporcional por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade (%) (2)			Esperança de vida (anos) (3)			Esperança de vida Masculino (anos) (3)			Esperança de vida Feminino (anos) (3)		
	1992	2002	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003
Brasil	42,96	27,80	9,41	4,39	4,44	9,56	5,62	5,39	66,33	69,04	69,27	62,84	65,20	65,40	70,11	73,08	73,32
Grandes Regiões																	
Norte	40,37	27,70	12,31	4,90	5,34	8,90	6,27	6,44	65,84	69,04	69,31	63,18	66,17	66,42	68,98	72,33	72,60
Nordeste	68,37	41,40	13,50	6,65	6,84	6,69	5,32	4,93	63,08	66,38	66,66	60,15	63,29	63,55	66,11	69,47	69,75
Sudeste	29,97	20,20	6,05	2,45	2,15	11,60	6,11	5,86	67,84	69,96	70,14	63,76	65,41	65,55	72,26	74,77	74,98
Sul	24,87	17,90	7,23	2,52	2,34	11,48	5,14	4,61	69,05	71,46	71,67	65,56	65,67	65,77	72,88	75,49	75,70
Centro-Oeste	28,56	20,40	9,40	4,19	4,32	9,25	4,40	5,17	67,26	69,89	70,12	64,27	66,67	66,87	70,69	73,47	73,70

Fonte:PNAD/IBGE

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) (1)		Mortalidade proporcional por doença diarreica aguda em menores de 5 anos de idade (%) (2)			Mortalidade proporcional por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade (%) (2)			Esperança de vida (anos) (3)			Esperança de vida Masculino (anos) (3)			Esperança de vida Feminino (anos) (3)		
	1992	2002	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003	1992	2002	2003
Unidades da Federação																	
Rondônia	38,52	24,60	9,88	3,65	2,47	8,82	5,73	5,49	65,68	68,82	68,84	62,83	65,80	66,05	68,64	71,97	72,24
Acre	50,87	33,20	11,29	4,26	8,59	8,64	6,62	6,82	65,61	68,87	68,96	62,81	65,96	66,22	68,52	71,90	72,18
Amazonas	37,83	28,80	9,90	4,63	6,08	6,16	5,85	5,53	66,26	69,42	69,58	63,51	66,51	66,76	69,12	72,44	72,72
Roraima	41,74	17,80	14,22	5,39	6,08	9,80	3,43	2,70	64,88	68,10	68,29	61,96	65,02	65,27	67,91	71,30	71,58
Pará	42,26	27,30	15,02	4,79	5,07	10,58	6,90	6,67	66,17	69,30	69,43	63,26	66,20	66,45	69,19	72,52	72,79
Amapá	35,33	24,90	9,77	3,08	1,74	12,03	4,10	8,68	66,50	69,57	69,67	63,65	66,47	66,71	69,46	72,79	73,07
Tocantins	39,42	28,40	10,41	8,89	7,97	6,94	6,49	8,29	65,80	68,98	69,06	63,10	66,13	66,38	68,60	71,95	72,23
Maranhão	68,10	46,30	16,59	5,65	5,66	6,31	5,03	3,47	62,27	65,39	65,63	58,90	61,82	62,06	65,78	69,11	69,38
Piauí	57,99	33,10	19,67	6,37	6,79	9,29	4,59	3,67	63,00	66,24	66,58	59,83	62,95	63,21	66,32	69,68	69,96
Ceará	64,14	35,10	13,89	8,75	9,53	6,12	5,79	4,48	63,73	66,94	67,29	60,62	63,66	63,91	66,97	70,35	70,63
Rio Grande do Norte	67,33	41,90	14,35	2,84	4,27	6,91	6,09	7,07	63,76	67,00	67,35	60,70	63,83	64,09	66,95	70,30	70,58
Paraíba	73,14	45,50	8,34	4,58	5,31	6,95	3,85	3,66	61,70	65,04	65,42	58,96	62,26	62,53	64,55	67,94	68,22
Pernambuco	71,53	44,80	11,57	6,61	8,21	6,25	5,51	6,12	60,94	64,29	64,67	58,33	61,67	61,95	63,65	67,02	67,30
Alagoas	88,69	57,70	13,50	10,38	8,14	5,49	6,08	6,01	60,43	63,76	64,10	57,56	60,87	61,14	63,42	66,77	67,05
Sergipe	62,82	40,60	13,99	8,25	5,48	6,04	5,10	5,64	64,56	67,81	68,16	61,72	64,87	65,14	67,52	70,87	71,14
Bahia	57,56	38,70	16,15	5,49	5,39	7,65	5,17	4,72	65,08	68,24	68,54	62,24	65,23	65,48	68,04	71,38	71,65
Minas Gerais	33,96	20,80	7,67	2,58	2,37	10,84	5,76	4,67	67,97	70,92	71,16	64,65	67,31	67,54	71,42	74,68	74,95
Espírito Santo	32,25	20,90	6,48	2,46	2,71	6,06	4,15	3,39	68,03	70,74	70,90	64,45	66,85	67,05	71,74	74,78	75,03
Rio de Janeiro	29,15	19,50	5,30	2,10	1,49	9,82	5,67	6,30	66,23	67,95	68,07	61,19	62,19	62,29	71,46	73,93	74,14
São Paulo	28,47	17,40	5,42	2,53	2,26	13,38	6,67	6,52	68,65	70,33	70,40	64,38	65,67	65,77	73,09	75,17	75,34
Paraná	32,58	20,70	10,52	2,94	3,16	10,03	5,16	4,25	68,00	70,79	70,98	64,81	67,37	67,59	71,31	74,34	74,59
Santa Catarina	26,11	18,20	4,55	2,79	2,33	11,32	4,09	3,82	69,53	71,74	71,85	65,97	67,87	68,04	73,23	75,75	75,96
Rio Grande do Sul	21,84	15,40	4,05	1,89	1,41	13,57	5,68	5,44	69,96	71,97	72,16	66,08	67,80	67,95	74,00	76,30	76,49
Mato Grosso do Sul	29,78	19,20	10,02	6,06	7,51	11,45	6,41	7,21	67,97	70,89	71,03	64,92	67,79	68,03	71,13	74,12	74,37
Mato Grosso	33,78	21,50	14,66	4,92	5,43	9,55	3,47	5,25	66,66	69,73	69,74	63,73	66,65	66,90	69,70	72,93	73,19
Goiás	30,24	20,70	8,30	3,30	2,64	7,44	4,05	4,89	67,45	70,05	70,19	64,36	66,80	67,01	70,66	73,43	73,66
Distrito Federal	28,30	17,50	5,70	2,37	2,42	9,49	3,61	2,95	67,71	69,24	69,45	63,96	65,17	65,27	71,60	73,48	73,63